

RA 2016

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2016

ÍNDICE

Capítulo I	4
1. Introdução	5
Capítulo II	6
2. Caracterização do IDR, IP-RAM	7
2.1. Missão	8
2.2. Valores	8
2.3. Atribuições	8
2.4. Serviços e Principais Clientes	10
2.5. Organograma	12
Capítulo III	13
3. Metodologia	14
Capítulo IV	15
4. Análise Contexto	16
4.1. Objetivos Estratégicos	16
4.2. Fatores Críticos	21
Capítulo V	23
5. Objetivos e Atividades Desenvolvidas	24
5.1. Objetivos Estratégicos	24
5.2. Objetivos Operacionais	26
5.3. Atividades Correntes	41
5.4. Atividades de Suporte	45
Capítulo VI	51
6. Autoavaliação	52
6.1. SIADAP-RAM 1 - Enquadramento	52
6.2. Objetivos Operacionais – Análise de Resultados e Justificação dos Desvios	53
6.3. Avaliação do cliente externo	70
6.4. Avaliação do sistema de controlo interno	71
6.5. Medidas para reforço positivo do desempenho	73
6.6. Audição interna dos serviços	74
6.7. Gestão de recursos	75
6.8. Resultados Globais do SIADAP-RAM 2 e SIADAP-RAM 3	91
6.9. Avaliação Global	92

Capítulo VII	93
7. Siglas e Acrônimos	94
ANEXO I-Balço social	96

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

O presente documento pretende expor as principais atividades desenvolvidas pelo IDR, IP-RAM durante o ano de 2016, constituindo um instrumento de referência no quadro do ciclo de planeamento anual.

Assim, em obediência quer ao previsto no Decreto-lei n.º 183/96, de 27 de setembro, quer ao preconizado no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, realiza-se este exercício analítico e avaliativo que procura evidenciar os principais resultados alcançados face aos objetivos definidos, os recursos humanos e materiais utilizados, bem como, apresentar uma autoavaliação de desempenho.

CAPÍTULO II

2. CARATERIZAÇÃO DO IDR, IP-RAM

O Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM (IDR, IP-RAM), foi criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2007/M, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 38/2012/M, de 13 de dezembro.

O IDR, IP-RAM, é uma pessoa coletiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa e financeira e património próprio, e está integrado na administração indireta da RAM, sob a tutela e superintendência do Secretário Regional do Plano e Finanças.

São órgãos do IDR, IP-RAM:

- * O Conselho Diretivo, composto por um Presidente e dois Vogais;
- * O fiscal único.

O IDR, IP-RAM, estrutura-se em unidades e núcleos dirigidos, respetivamente, por cargos de direção intermédia de 1.º grau, designados por diretores, e por cargos de direção intermédia de 2.º grau, designados por chefes de núcleo.

São unidades do IDR, IP-RAM:

- * A Unidade de Apoio Jurídico;
- * A Unidade de Controlo Financeiro;
- * A Unidade de Apoio à Gestão Institucional;
- * A Unidade Técnica de Gestão de Intervenções;
- * A Unidade de Planeamento, Avaliação e Informação.

São núcleos do IDR, IP-RAM:

- * O Núcleo de Gestão de Pessoal, Orçamento e Contabilidade;
- * O Núcleo de Acompanhamento e Supervisão;
- * O Núcleo de Gestão Operacional de Programas.

2.1. MISSÃO

O IDR, IP-RAM tem por missão, a coordenação das atividades de planeamento e de monitorização do modelo de desenvolvimento regional bem como a coordenação e gestão da intervenção dos fundos comunitários na RAM.

2.2. VALORES

Os valores que norteiam a atuação do IDR, IP-RAM, são os seguintes:

- * Rigor;
- * Transparência;
- * Objetividade;
- * Imparcialidade.

2.3. ATRIBUIÇÕES

As suas atribuições englobam, entre outras, as seguintes:

- * Analisar a evolução económico-social mundial, em geral, e comunitária e nacional, em particular, e acompanhar os estudos de prospetiva realizados no âmbito respetivo;
- * Desenvolver os estudos necessários à fundamentação e formulação de propostas relativas às grandes linhas de estratégia de desenvolvimento, integrando e articulando as políticas sectoriais e espaciais, em ordem à preparação dos planos regionais;
- * Coordenar o processo de preparação dos planos de médio prazo e anuais;
- * Preparar e elaborar a proposta técnica do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional (PIDDAR) e proceder ao acompanhamento e avaliação da sua execução;
- * Preparar o enquadramento dos planos e programas sectoriais de desenvolvimento económico e avaliar o seu impacte socioeconómico;

- * Assegurar a representação da Região nos órgãos de planeamento de âmbito nacional;
- * Assegurar uma correta articulação na aplicação dos fundos comunitários na RAM;
- * Exercer as funções técnico-administrativas inerentes à coordenação da gestão, do acompanhamento e da avaliação dos programas operacionais;
- * Exercer as funções de interlocutor regional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), do Fundo Social Europeu (FSE) e do Fundo de Coesão, perante as autoridades nacionais e a Comissão Europeia, no âmbito das suas competências e no quadro dos mecanismos de representação junto desses órgãos;
- * Assegurar as funções de pagamento e certificação de despesas dos programas de cooperação, em cujo âmbito espacial a RAM se integra;
- * Assegurar a representação da Região nos órgãos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), nos casos em que lhe sejam atribuídos tais poderes;
- * Assegurar as funções de apoio técnico, administrativo e financeiro às ações cofinanciadas pelo FEDER, pelo Fundo de Coesão e pelo FSE;
- * Assegurar o cumprimento das regras nacionais e comunitárias aplicáveis aos fundos comunitários em matéria de informação e publicidade;
- * Garantir sistemas de informação eficazes para o acompanhamento das intervenções dos fundos comunitários na RAM que permitam, nomeadamente, a recolha e o tratamento dos indicadores físicos e financeiros necessários à gestão e avaliação dos apoios concedidos;
- * Promover a elaboração de estudos que se tornem necessários à boa aplicação dos fundos comunitários na RAM e, quando necessário, propor medidas de apoio à atividade económica regional, participar e acompanhar a sua aplicação e avaliar o respetivo impacte;
- * Promover a avaliação do impacte e dos efeitos da aplicação dos instrumentos de desenvolvimento, em particular das intervenções cofinanciadas pelos fundos comunitários, em estreita articulação com as entidades mais diretamente envolvidas;
- * Promover a difusão dos estudos e trabalhos elaborados no âmbito das suas competências ou com a sua colaboração.

2.4. SERVIÇOS E PRINCIPAIS CLIENTES

No âmbito das suas atribuições e competências, o IDR, IP-RAM, presta serviços nas seguintes vertentes:

- * Análise de candidaturas e pedidos de pagamento de projetos cofinanciados pelo FEDER (no âmbito dos Programas Regionais e de Cooperação onde a RAM participa), FSE e pelo Fundo de Coesão;
- * Acompanhamento dos projetos cofinanciados pelos PO no âmbito do QREN e do PORTUGAL 2020;
- * Pagamentos aos beneficiários finais de projetos cofinanciados pela componente FEDER, Fundo de Coesão e FSE inserido no QREN;
- * Transferências de verbas, no âmbito do QREN e do PORTUGAL 2020, para os parceiros de gestão;
- * Certificação e validação da despesa no âmbito do QREN e do PORTUGAL 2020;
- * Coordenação global das intervenções dos fundos de finalidade estrutural;
- * Realização e divulgação de estudos na área dos fundos comunitários, com destaque para a componente de avaliação do QREN;
- * Reporte da situação dos planos anuais que integram a estrutura do planeamento da RAM;
- * Preparação e elaboração dos planos anuais que integram a estrutura do planeamento da RAM.

Face à atividade que desenvolve, o IDR, IP-RAM apresenta um conjunto diversificado de clientes internos e externos, que se classificam da seguinte forma:

CLIENTES INTERNOS

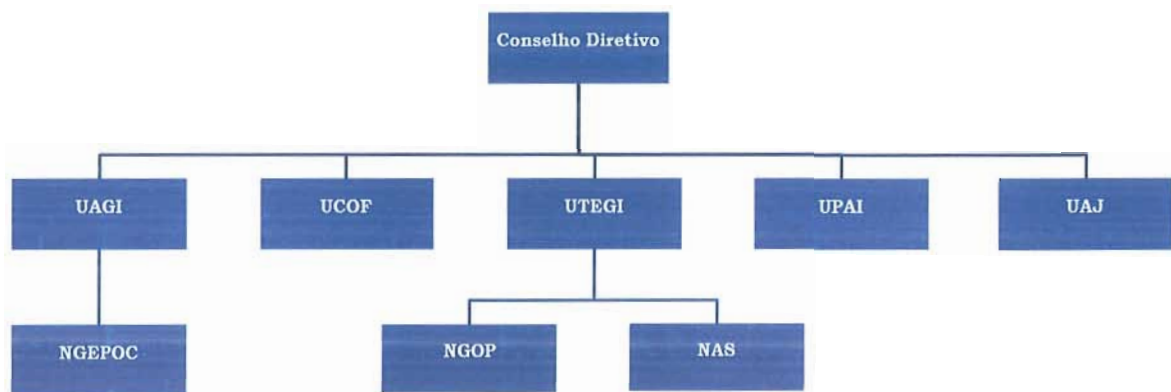
Todas as unidades orgânicas da estrutura do IDR, IP-RAM, que ao interagirem entre si utilizam os serviços de uma outra.

CLIENTES EXTERNOS

Todas as entidades externas ao IDR, IP-RAM, que usufruem dos serviços prestados por este, nomeadamente entidades que submetem candidaturas à apreciação do IDR, IP-RAM, beneficiários de projetos cofinanciados e parceiros de gestão – entidades que utilizam os fundos disponibilizados pelo IDR, IP-RAM (Ex: o Instituto para a Qualificação, IP-RAM, o IDE, IP-RAM e o IEM, IP-RAM).

2.5. ORGANOGRAMA

PORTARIA Nº 212/2016, DE 17-03



CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

O presente Relatório de Atividades, enquanto instrumento privilegiado de avaliação tem uma estrutura e metodologia de conceção, que permitiram uma identificação imediata com a nova estrutura do Plano de Atividades e, simultaneamente, lhe conferem uma maior simplicidade na consulta e análise.

O vogal do Conselho Diretivo responsável pelas áreas: financeira, administrativa, contabilidade e recursos humanos, coordenou o processo de elaboração do presente relatório, tendo sido auxiliado nesta tarefa por um técnico superior do Núcleo de Gestão de Pessoal, Orçamento e Contabilidade (NGPOC). Foram pedidos contributos internos aos dirigentes intermédios responsáveis pelas diversas áreas de atividade do IDR, IP-RAM, no apuramento dos resultados alcançados pelos diversos objetivos e justificação dos eventuais desvios.

A informação obtida foi posteriormente uniformizada e sistematizada. Paralelamente, e nos termos da alínea e) do n.º 3 do artigo 7.º da Lei n.º 27/2009/M, de 21 de Agosto, foi integrado no presente documento, o “Relatório de Autoavaliação” e “Balanço Social”, sendo este último integrado como Anexo I. Com a aprovação do Relatório de Atividades de 2016, o mesmo é divulgado na intranet e no sítio Internet deste instituto.

CAPÍTULO IV

4. ANÁLISE CONTEXTO

Para a análise que importa fazer neste ponto será feito dado o enquadramento do contexto interno e externo em que o IDR, IP-RAM esteve inserido durante o ano de 2016, detalhando-se esta análise no quadro dos objetivos estratégicos que foram definidos para esse ano.

4.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.1.1. OE1 - Garantir a operacionalização plena dos Programas Operacionais no âmbito do Compromisso Madeira 2020 e promover a sua dinamização no quadro da estratégia regional para o período 2014-2020

Com efeito, no contexto interno, o ano de 2016 fica marcado pelas alterações verificadas no Conselho Diretivo do IDR, IP-RAM e pela aprovação dos seus novos estatutos, em meados de março, que resultou numa nova estrutura orgânica.

Este novo quadro organizativo trouxe alguns constrangimentos ao normal desenvolvimento da atividade do IDR, IP-RAM, fruto do processo de mudança que foi necessário implementar, com particular destaque para a junção da gestão de todos os programas (Intervir+, Rumos, PCT MAC 2007-2013, POVT, Madeira 14-20, MAC 2014-2020 e POSEUR) num único núcleo (Núcleo de Gestão Programas Operacionais) e a consequente reorganização das respetivas equipas técnicas que implicou a reafectação interna de recursos para fazer face a esta maior exigência. Este processo de mudança, com as repercussões daí resultante, designadamente, com a constituição de estruturas técnicas em que era evidente a falta de experiência de alguns dos seus elementos e a saída de alguns técnicos que vinham assumindo funções dirigentes, aliado à vigência simultânea de dois períodos de programação, constituíram fatores que condicionaram fortemente o desempenho deste Instituto, num contexto de extrema exigência, em que por um lado, urgia encerrar os programas operacionais do QREN e, por outro lado, era premente incutir uma maior dinâmica de aprovações e de execução dos programas do PT 2020.

Sublinhe-se, que o IDR, IP-RAM viu-se confrontado com a falta de recursos humanos para a dimensão das suas responsabilidades, ainda que uma parte dessas tivessem ficado praticamente concluída em 2016 (encerramento do QREN, ainda com alguns aspetos a serem terminados em 2017), e só a partir do último trimestre do ano é que as estruturas técnicas

começaram a ficarem devidamente compostas e estabilizadas com a entrada de novos técnicos e o regresso de outros que estavam em situação de mobilidade noutros serviços. Este facto abre boas perspectivas para o ano de 2017.

Externamente, o contexto foi caracterizado por um quadro de enorme pressão, fruto, por um lado, de uma economia que vive ainda as consequências de escassez de financiamento e que vê nos fundos comunitários uma alternativa óbvia ao seu funcionamento e, por outro lado, pela envolvimento jurídico-institucional de grande complexidade que marca o atual período de programação, em que o IDR, IP-RAM, com os recursos que dispôs, procurou sempre dar uma resposta adequada.

Em 2016, a base para a operacionalização do Programa Madeira 14-20 já estava praticamente lançada, pelos menos aquelas medidas estruturais essenciais para o seu funcionamento, tais como, a base jurídica-regulamentar alicerçada nas portarias que aprovaram os regulamentos específicos e gerais que estabeleceram as regras de aplicação do Programa; a aprovação da grande maioria dos critérios de seleção das diversas Prioridades de Investimento do Programa; a existência de manuais de procedimentos e guias dos beneficiários; os contratos de delegação de competências com os Organismos Intermédios associados à gestão; um Sistema de Informação, na vertente FEDER, em pleno funcionamento; bem como, um Sistema de Gestão e Controlo devidamente aprovado e que constituía pressuposto essencial para consagrar o IDR, IP-RAM como Autoridade de Gestão do Programa.

Decorrente de um conjunto de circunstâncias que ocorreram em 2016, desde as alterações internas resultante de nova orgânica, da carência de recursos humanos, da vigência concomitante de períodos de programação e de algumas dificuldades de ordem processual, a capacidade de atuação do IDR, IP-RAM ficou naturalmente condicionada, principalmente em alguns tempos de resposta, que em alguns momentos não foram integralmente satisfeitos.

Todavia, apesar das dificuldades, da exigência e da complexidade que estiveram sempre presentes neste processo de gestão dos PO na RAM, em particular do Madeira 14-20, o IDR, IP-RAM foi capaz, ainda assim, de recuperar alguma dinâmica no nível de execução e de aprovações deste programa, fruto do esforço realizado pelas estruturas de apoio técnico, principalmente, no último trimestre do ano, tendo-se alcançado uma taxa de compromisso na ordem dos 39%, próxima da média nacional que foi de 41%, e uma taxa de execução de 11% que foi idêntica à taxa média do PT 2020.

Apesar de alguns avanços verificados, um dos grandes obstáculos à implementação plena do Madeira 14-20, continuou a ser a inoperacionalidade registada pelo Sistema de Informação responsável pela gestão do FSE, designadamente em algumas tipologias de intervenção, o que inviabilizou, de forma decisiva, a aprovação de candidaturas no âmbito do Programa, causando grandes constrangimentos às áreas da formação profissional e do emprego na RAM.

A conceção e a gestão deste sistema de informação são da responsabilidade da Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C), que tem enfrentado um conjunto de dificuldades em desenvolver de forma plena e integral todas as funcionalidades que lhe são requeridas pelas diversas Autoridades de Gestão. Com efeito, apesar da articulação que tem existido com o IDR, IP-RAM, o facto é que a AD&C não tem conseguido satisfazer todas as necessidades e especificidades que lhe são apresentadas, motivado, essencialmente, pela maior diversidade de PO que no atual período de programação têm cofinanciamento FSE, o que tem contribuído para estar a haver maior exigência e pressão que não existiam no QREN, quando eram poucos os PO que utilizam este sistema.

No âmbito do Programa Operacional para a Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), em que o IDR, IP-RAM é o Organismo Intermédio com responsabilidades pela aplicação deste Programa na RAM, registe-se, que o contributo dado pela Região para o todo nacional foi decisivo para o nível de execução alcançado. Com efeito, a dinâmica de execução alcançada foi notável, mesmo que em alguns indicadores internos de gestão tivesse havido dificuldades de concretização, merecendo, no entanto, ser relevado o facto de que sem esta intervenção da RAM, através do IDR, IP-RAM, o desempenho deste programa, a este nível, teria sido muito inferior ao que foi registado.

Quanto ao novo Programa de Cooperação Territorial Madeira-Açores-Canárias 2014-2020, em que o grau de exigência é menor (não significando menos trabalho, antes pelo contrário, atendendo ao elevado número de projetos aprovados que estão sempre associados a este programa), comparativamente às responsabilidades que assume enquanto AG e OI, no âmbito do Programa Madeira 14-20 e POSEUR, respetivamente, refira-se que a primeira convocatória decorreu durante o mês de março, tendo o Comité de Gestão sido convocado pela Autoridade de Gestão (Canárias) apenas em novembro, momento em que se procedeu à aprovação das primeiras candidaturas. A este propósito, refira-se que foram aprovados 44 projetos envolvendo parceiros da RAM, num valor total de cofinanciamento FEDER na ordem dos 44

milhões de euros. O facto do agendamento desta convocatória ter sido realizado no final do ano, inviabilizou que este Programa tivesse apresentado qualquer execução em 2016.

4.1.2. OE2 - Implementar um processo de encerramento do QREN e do PCT MAC (2007-2013) que maximize o aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis e que garanta a legalidade e regularidade da despesa

O encerramento dos programas do QREN ocorreu num período de vigência simultânea com os PO do PT 2020, em que o contexto foi marcado pela grande pressão para haver um incremento da dinâmica de aprovações e de execução, em virtude da necessidade de recuperar do atraso verificado no arranque deste novo período de programação 2014-2020. De qualquer forma, registre-se que o programa operacional da RAM, o Madeira 14-20, apresentou no final do ano de 2016, uma evolução de compromissos assumidos e de execução aproximada à média verificada no todo nacional.

Foi neste contexto de máxima exigência, que o IDR, IP-RAM levou a cabo o encerramento dos dois programas operacionais regionais do QREN em que assumiu o papel de Autoridade de Gestão, a saber, os programas Intervir+ e Rumos, em que se alcançou um aproveitamento integral dos fundos disponibilizados. Nota, ainda, para os restantes dois programas do anterior período de programação 2007-2013 em que o IDR, IP-RAM teve responsabilidades de gestão, em concreto o POVT e o PCT MAC 2007-2013, que registaram, igualmente, bons níveis de execução. Registe-se, neste particular, que foram as mesmas equipas que intervieram em concomitância no encerramento destes programas e na operacionalização dos PO do PT 2020. Os resultados alcançados foram positivos, nomeadamente, a execução dos Programas Intervir+ e Rumos, que apresentaram taxas de execução de 101% e 100%, respetivamente, a que se associam as execuções financeiras verificadas no POVT na ordem dos 93% e do PCT MAC a rondar os 95%.

4.1.3. OE3 - Dinamizar e potenciar os contributos do IDR, IP-RAM, no âmbito da definição e planeamento das políticas públicas, enquanto instrumentos estratégicos de desenvolvimento socioeconómico da RAM

No plano estratégico, houve algumas dificuldades em implementar integralmente todas as medidas previstas, designadamente, na constituição de grupos temáticos no âmbito do Conselho Económico e da Concertação Social e na dinamização da Comissão Técnica de

Planeamento, tendo o enfoque o IDR, IP-RAM sido direcionado para o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades ex ante associadas ao Programa Madeira 14-20, que foram totalmente concretizadas. Neste âmbito, é de realçar, igualmente, a intervenção do IDR, IP-RAM para o cumprimento da condicionalidade relacionada com a aprovação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica da Madeira, da responsabilidade da Direção Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, que constituía uma condicionalidade do POSEUR e que também foi realizada.

Na outra vertente dos instrumentos estratégicos, de referir que o IDR, IP-RAM cumpriu as suas responsabilidades inerentes aos processos de elaboração da proposta PIDDAR, da emissão de pareceres relativos à sua execução e da realização do respetivo relatório de execução. Estas foram responsabilidades partilhadas com outros departamentos do Governo Regional, realçando-se, neste particular, a Direção Regional do Orçamento e Tesouro, que se constituiu como um parceiro líder em todo este processo, numa articulação que se tem vindo a estreitar e a melhorar progressivamente, designadamente através da introdução de novos mecanismos de comunicação e de simplificação dos fluxos de informação e de decisão, que apesar de ainda apresentarem algumas entropias devido à fase experimental que ainda se vive, não deixam, contudo de serem aspetos muito positivos e merecedores de devido destaque.

4.1.4. OE4 - Reforçar a melhoria do modelo de organização interno do IDR que promova a eficiência, a eficácia e a qualidade do serviço público

A nível interno, o ano de 2016 ficou novamente marcado pela alteração da estrutura orgânica do IDR, IP-RAM, consumada pela aprovação dos seus novos estatutos, a que se juntou à nomeação de um novo elenco do Conselho Diretivo. Esta alteração provocou mudanças com repercussões transversais por toda a organização, com destaque para reorganização interna dos serviços, o surgimento de novos protagonistas a assumirem a gestão das unidades orgânicas criadas e a constituição de novas equipas técnicas.

Este processo de alteração, que teve como consequência imediata a redução de unidades orgânicas, trouxe, numa fase inicial, alguns constrangimentos decorrentes, fundamentalmente, de alguma falta de experiência evidenciada por algumas das novas estruturas técnicas que foram necessárias criar, com especial relevo, neste âmbito, para a

equipa de gestão dos programas operacionais, onde as mudanças se fizeram sentir com maior profundidade.

As implicações derivadas destas mudanças foram diversas, sendo de destacar, desde logo, a necessidade de definir planos de formação setoriais para a integração dos novos elementos das equipas técnicas, o estabelecimento de novos circuitos de informação, a redistribuição de competências e de responsabilidades e a fixação de novos objetivos e metas, só para mencionar as mais relevantes.

Estes constrangimentos que o IDR, IP-RAM enfrentou acabaram por condicionar fortemente o seu desempenho como iremos verificar no ponto seguinte deste relatório.

Todavia, o IDR, IP-RAM deu continuidade ao processo de manutenção da certificação do seu Sistema de Gestão da Qualidade (certificado desde Janeiro de 2005), que apesar da respetiva renovação ter sido adiada para o início de janeiro de 2017, por impossibilidade de realização da auditoria externa durante o mês de dezembro de 2016, conforme previsto, foram asseguradas todas as premissas necessárias ao cumprimento deste objetivo.

No plano interno, destacam-se, ainda, a implementação de algumas medidas que visaram introduzir melhorias nos processos internos de gestão, designadamente, o reforço da monitorização dos indicadores de gestão, a introdução de melhorias no menu na intranet relativo à atualização da legislação e a disponibilização no site do IDR, IP-RAM de informação relevante sobre os programas operacionais dos períodos de programação anteriores.

4.2 FATORES CRÍTICOS

FATORES EXTERNOS

O desempenho do IDR, IP-RAM, medido, essencialmente, pelo grau de concretização das suas atividades e pelo nível de cumprimento dos seus objetivos, foi influenciado, de forma muito marcada, pelo ambiente externo em que está envolvido. Neste contexto, destacam-se alguns fatores cuja ação determinou os resultados a alcançar:

- * O contexto de restrição orçamental, influenciado pela necessidade de consolidação das contas públicas;
- * A indefinição no processo de designação das AG do Portugal2020;
- * O contexto de alguma incerteza e indefinição derivado da situação política nacional;

- * Contexto de forte restrição do financiamento bancário ao investimento privado;
- * Conjuntura económico-financeira nacional e europeia menos favorável.

FATORES INTERNOS

Relativamente à envolvente interna, realçam-se os seguintes fatores:

- * Redução do orçamento privativo para 2016;
- * Estrutura de pessoal insuficiente face aos objetivos estabelecidos;
- * Estrutura orgânica alterada, com menos unidades (menos cargos dirigentes);
- * Fortes condicionamentos ao recrutamento de novos colaboradores face às restrições existentes.

CAPÍTULO V

5. OBJETIVOS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Feita no ponto anterior a devida contextualização do ambiente envolvente, vamos dedicar este capítulo aos quatro Objetivos Estratégicos estabelecidos pelo CD do IDR, IP-RAM, para o ano de 2016, aos quais estão associados um conjunto de Objetivos Operacionais que têm expressão em diversas atividades e/ou projetos que materializam a estratégia definida.

5.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE1 - Garantir a operacionalização plena dos Programas Operacionais no âmbito do Compromisso Madeira 2020 e promover a sua dinamização no quadro da estratégia regional para o período 2014-2020.

Garantir as condições necessárias e obrigatórias à implementação dos novos PO, designadamente através da definição do novo edifício legal e regulamentar que irá enquadrar a aplicação dos fundos comunitários na RAM, da criação dos procedimentos e das estruturas técnicas que serão responsáveis pela gestão dos Programas e do desenvolvimento e implementação dos sistemas de informação e de monitorização de auxílio à gestão.

OE2 - Implementar um processo de encerramento do QREN e do PCT MAC (2007-2013) que maximize o aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis e que garanta a legalidade e regularidade da despesa. Dar continuidade às medidas tendentes ao encerramento do QREN e do PCT MAC, num processo que visa garantir o aproveitamento máximo dos fundos ainda disponíveis, assegurando o escrupuloso cumprimento dos normativos comunitários, nacionais e regionais e a defesa dos interesses da RAM.

OE3 - Dinamizar e potenciar os contributos do IDR, IP-RAM, no âmbito da definição e planeamento das políticas públicas, enquanto instrumentos estratégicos de desenvolvimento socioeconómico da RAM.

Dinamizar fóruns de debate que promovam o surgimento de ideias e de contributos para a formulação das políticas públicas regionais e setoriais e implementar mecanismos de monitorização dos instrumentos de planeamento e de programação.

OE4 - Reforçar a melhoria do modelo de organização interno do IDR que promova a eficiência, a eficácia e a qualidade do serviço público.

Constitui um fator de incontornável imprescindibilidade a valorização e a qualificação dos recursos humanos, enquadrado numa lógica de permanente melhoria e inovação de processos, para que se garanta o contínuo sucesso da organização perante os exigentes

desafios que se vê confrontada, no atual contexto da gestão de fundos comunitários e do planeamento de políticas públicas.

5.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: GARANTIR A OPERACIONALIZAÇÃO PLENA DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS NO ÂMBITO DO COMPROMISSO MADEIRA 2020 E PROMOVER A SUA DINAMIZAÇÃO NO QUADRO DA ESTRATÉGIA REGIONAL PARA O PERÍODO 2014-2020

OBJETIVO OPERACIONAL 1.1: OTIMIZAR A GESTÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

Resultados Esperados

Assegurar de forma eficaz e eficiente o cumprimento das regras específicas e gerais estabelecidas no quadro da análise dos projetos, indo de encontro às expectativas e aos compromissos assumidos junto dos beneficiários.

Serviços/Organismos envolvidos

AG do PO, AC, beneficiários, OI.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
1.1.1	Análise candidaturas projetos FEDER (2014-2020).	50 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 60 dias)	Prazo médio de análise de candidaturas	93 dias	+43 dias	Controlo interno	UTEGI

1.1.2	Análise pedidos de pagamentos projetos FEDER (2014-2020).	25 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 30 dias)	Prazo médio de análise de pedidos de pagamentos	22 dias	-2 dias	Controlo interno	UTEGI
1.1.3	Análise candidaturas projetos FSE (2014-2020).	50 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 60 dias)	Prazo médio de análise de candidaturas	37 dias	-13 dias	Controlo interno	UTEGI
1.1.4	Análise pedidos de pagamentos projetos FSE (2014-2020).	25 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 30 dias)	Prazo médio de análise de pedidos de pagamentos	32 dias	+7 dias	Controlo interno	UTEGI
1.1.5	Análise candidaturas projetos Fundo de Coesão, no âmbito do PO SEUR (2014-2020).	40 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 50 dias)	Prazo médio de análise de candidaturas	50 dias	+10 dias	Controlo interno	UTEGI
1.1.6	Análise pedidos de pagamentos projetos Fundo de Coesão, no âmbito do PO SEUR (2014-2020).	25 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 30 dias)	Prazo médio de análise de pedidos de pagamentos	7 dias	-18 dias	Controlo interno	UTEGI
1.1.7	Análise de DDP projetos PO MAC 2014-2020.	30 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 45 dias)	Prazo médio de análise de DDP	Não ocorreu	-	-	UTEGI

1.1.8	Pedidos de Certificação de Despesas FEDER.	Até 17 dias após o <i>cut-off</i>	Prazo médio de pedidos de certificação	13,5 dias	-3,5 dias	Controlo interno	UCOF
1.1.9	Pedidos de Certificação de Despesa FSE.	Até 30 dias após o <i>cut-off</i>	Prazo médio de pedidos de certificação	7 dias	-23 dias	Controlo interno	UCOF
1.1.10	Pagamentos aos beneficiários.	3 Dias úteis	Prazo médio de pagamentos	0,336 dias	-1,336 dias	Controlo interno	UCOF/UAGI/NGEPO C
1.1.11	Desenvolver ações de verificação no local aos projetos cofinanciados.	5%	Taxa de esforço de verificação no local	Não ocorreu	-	-	NAS
1.1.12	Desenvolver ações de supervisão aos OI.	2 Ações	Número de ações de supervisão	Não ocorreu	-	-	NAS

OBJETIVO OPERACIONAL 1.2: REFORÇAR A EFICÁCIA DO SISTEMA DE GESTÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

Resultados Esperados

Cumprir as regras de execução financeira previstas.

Serviços/Organismos envolvidos

AG do PO, AC, OI.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
1.2.1	Monitorizar a execução financeira do Programa Madeira 14-20.	5% a 10%	Taxa de execução financeira (valor executado/valor programado)	11%	+1	Controlo interno	UPAI
1.2.2	Monitorizar a execução financeira do Fundo de Coesão no âmbito do PO SEUR.	5% a 10%	Taxa de execução financeira (valor executado/valor programado)	8%	0	Controlo interno	UPAI
1.2.3	Monitorizar a execução financeira do PO MAC (2014-2020).	1% a 3%	Taxa de execução financeira (valor executado/valor programado)	Sem atividade	-	Controlo interno	UPAI

OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: IMPLEMENTAR UM PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO QREN E PCT MAC QUE MAXIMIZE O APROVEITAMENTO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS DISPONÍVEIS E QUE GARANTA A LEGALIDADE E REGULARIDADE DA DESPESA

OBJETIVO OPERACIONAL 2.1: INICIAR A PREPARAÇÃO DO PROCESSO DE ENCERRAMENTO DO QREN E PCT MAC

Resultados Esperados

Criar as condições adequadas, quer em termos de execução financeira do PO (maximização da utilização de verbas), quer no que concerne à evolução dos projetos apoiados, que permitam iniciar o processo de encerramento do QREN e do PCT MAC.

Serviços/Organismos envolvidos

AG do PO, beneficiários, OI.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
2.1.1	Encerramento dos Projetos do PO Intervir+.	100% até 30 de junho	Percentagem de projetos encerrados até 30 de junho	98%	-2	Relatórios Finais dos projetos	UTEGI
2.1.2	Encerramento dos Projetos do PO Rumos.	100% até 30 de junho	Percentagem de projetos encerrados até 30 de junho	100%	0	Saldo Final dos projetos	UTEGI
2.1.3	Encerramento dos Projetos do	100% até	Percentagem de projetos	100%	0	Relatórios Finais dos projetos	UTEGI

	Eixo IV POVT.	30 de junho	encerrados pelo IDR (OI no POVT) até 30 de junho				
2.1.4	Encerramento dos Projetos do PCT MAC.	100% até 30 de junho	Percentagem de projetos com DDP Final até 30 de junho	100%	0	DDP Final	UTEGI

OBJETIVO OPERACIONAL 2.2: OTIMIZAR A GESTÃO GLOBAL DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS

Resultados Esperados

Cumprimento das regras estabelecidas através da maximização da utilização dos recursos internos disponíveis e assegurar a satisfação das expectativas dos beneficiários.

Serviços/Organismos envolvidos

AG do PO, beneficiários, OI.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
2.2.1	Pedidos de Certificação de Despesa FEDER.	Até 17 dias após o <i>cut-off</i>	Prazo médio de pedidos de certificação	13 dias	-4 dias	Controlo interno	UCOF
2.2.2	Pedidos de Certificação de Despesa FSE.	Até 30 dias após o <i>cut-off</i>	Prazo médio de pedidos de certificação	7 dias	-23 dias	Controlo interno	UCOF
2.2.3	Encerrar o exercício contabilístico 2015-2016	4.º trimestre de 2016	Declaração de Gestão e Síntese Anual	1.º semestre	-3 meses	Controlo interno	UCOF
2.2.4	Pagamentos aos beneficiários.	3 Dias úteis	Prazo médio de pagamentos	0,336 dias	-1,336 dias	Controlo interno	UCOF/UAGI/NGEPO C

OBJETIVO OPERACIONAL 2.3: REFORÇAR A GARANTIA DE BOA APLICAÇÃO DOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

Resultados Esperados

Garantir a fidedignidade do sistema de gestão e controlo dos PO e a correta aplicação dos fundos disponibilizados por parte dos beneficiários.

Serviços/Organismos envolvidos

AG do PO, beneficiários, OI.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
2.3.1	Assegurar a realização dos contraditórios das auditorias externas (QREN e PCT-MAC).	15 Dias	Prazo médio de envio dos contraditórios	10,5 dias	-4,5 dias	Controlo interno	NAS
2.3.2	Assegurar o exercício de follow up das recomendações das auditorias externas e a sua implementação (QREN e PCT-MAC).	100%	Grau de satisfação das recomendações	100%	0	Controlo interno	NAS

OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: DINAMIZAR E POTENCIAR OS CONTRIBUTOS DO IDR NO ÂMBITO DA DEFINIÇÃO E PLANEAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, ENQUANTO INSTRUMENTOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DA RAM

OBJETIVO OPERACIONAL 3.1: PROMOVER A PRODUÇÃO DE CONTRIBUTOS PARA A FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Resultados Esperados

Obtenção de contributos para a definição do planeamento das políticas públicas.

Serviços/Organismos envolvidos

UEA, membros da CTP, parceiros sociais.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
3.1.1	Dinamização da Comissão Técnica de Planeamento no contexto da avaliação do Compromisso Madeira 2020.	2 Grupos de trabalho temáticos	Grupos de trabalho temáticos	0	-2	Atas	UPAI
3.1.2	Articular com o Conselho Económico e Social a realização de sessões de debate.	2 Reuniões	N.º anual de reuniões	1 Reunião	-1	Atas	UPAI

OBJETIVO OPERACIONAL 3.2: GARANTIR A EXECUÇÃO E A MONITORIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE PROGRAMAÇÃO

Resultados Esperados

Garantir informação atualizada sobre a evolução e a dinâmica dos instrumentos de planeamento e de programação implementados.

Serviços/Organismos envolvidos

AG, AC, GRM.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
3.2.1	Seguimento do cumprimento das condicionalidades ex ante num âmbito mais lato.	Atualização semestral	Data das atualizações do cumprimento das condicionalidades ex ante: 1.ª atualização até 30 de junho e 2.ª atualização até 31 de dezembro	30/06/2016 30/12/2016	0	Publicitação no site do IDR	UPAI
3.2.2	Elaboração da Proposta PIDDAR	Entre setembro e novembro	Data de envio da Proposta à tutela	Novembro	0	Ofício	UPAI

3.2.3	Elaboração do Relatório Anual de Execução do PIDDAR.	Até a 3. ^a semana de setembro	Data de envio do Relatório à tutela	22/09/2016	0	Ofício	UPAI
-------	--	--	-------------------------------------	-------------------	---	--------	------

OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: REFORÇAR A MELHORIA DO MODELO DE ORGANIZAÇÃO INTERNO DO IDR QUE PROMOVA A EFICIÊNCIA, A EFICÁCIA E A QUALIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO.

OBJETIVO OPERACIONAL 4.1: PROMOVER UM AMBIENTE INTERNO DE MELHORIA CONTÍNUA FOCADO NA PRESTAÇÃO DE UM SERVIÇO DE QUALIDADE QUE VÁ DE ENCONTRO AOS REQUISITOS DOS SEUS CLIENTES.

Resultados Esperados

Obter o reconhecimento por parte dos *stakeholders* relativamente à qualidade do serviço prestado.

Serviços/Organismos envolvidos

Stakeholders.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
4.1.1	Executar o Plano de Ação de Melhorias.	70%	Grau de execução do Plano de Ações de Melhoria	80%	+10%	Plano de Ações de Melhoria	GQ
4.1.2	Avaliar o grau de satisfação dos clientes externos.	BOM	Grau de satisfação dos clientes externos	BOM (3,846 valores)	0	Inquérito	GQ
4.1.3	Gerir e dinamizar o Sistema de	Manter a	Certificação NP EN ISO	Confirmação da	0	Relatório de	GQ

	Gestão da Qualidade.	Certificação NP EN ISO 9001	9001:2008 através de empresa acreditada	certificação ISO 9001:2008		Auditoria	
--	----------------------	--------------------------------	--	---	--	-----------	--

OBJETIVO OPERACIONAL 4.2: PROMOVER A VALORIZAÇÃO CONTÍNUA DOS RECURSOS HUMANOS

Resultados Esperados

Ter trabalhadores mais qualificados e motivados no desempenho das suas funções.

Serviços/Organismos envolvidos

Todos os serviços internos.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
4.2.1	Gerir e avaliar a formação dos recursos humanos.	80%	Grau de execução do Plano Anual de Formação	78%	-2%	Plano Anual de Formação	NGEPOC
		BOM	Qualidade das ações de formação	BOM	0	Controlo interno	NGEPOC
		Teve algum impacto	Impacto das ações de formação	Teve algum impacto	0	Controlo interno	NGE POC

OBJETIVO OPERACIONAL 4.3: GARANTIR E MELHORAR A OPERACIONALIDADE DOS SISTEMAS INFORMÁTICOS

Resultados Esperados

Minimizar os riscos associados à interrupção dos sistemas informáticos e obter mais-valias em termos de eficiência dos serviços com a introdução de melhorias nos sistemas.

Serviços/Organismos envolvidos

Todos os serviços internos, beneficiários e população em geral.

N.º	Atividades/Projetos	Indicadores de realização					Responsabilidade
		Meta	Indicador	Resultado	Desvio	Meio de Verificação	
4.3.1	Gestão dos serviços informáticos instalados.	8 Horas úteis	Prazo médio de interrupção dos serviços instalados	Sem ocorrências	-	-	UAGI
4.3.2	Gestão do sistema de informação interno.	2 Melhorias com impacto nos serviços	Número de melhorias introduzidas no sistema de gestão do IDR	7 melhorias	+5 melhorias	Controlo interno	UAGI

5.3. ATIVIDADES CORRENTES

ATIVIDADES CORRENTES

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Fluxos Financeiros	Monitorização da execução financeira dos Programas Operacionais.	Sistemático	UCOF	Executado
	Garantir os mecanismos para a efetivação de transferências para os beneficiários finais e organismos intermédios de Programas Operacionais e do Eixo IV do POVT.	Sistemático	UCOF	Executado
	Manutenção e atualização do sistema contabilístico de dívidas de Programas Operacionais e do Eixo IV do POVT.	Sistemático	UCOF	Executado
	Coordenação nos exercícios de contraditório e de <i>follow-up</i> relativos a auditorias.	Sistemático	NAS	Executado
	Permitir a obtenção de informação financeira atualizada nos sistemas de informação de apoio à gestão de intervenções operacionais.	Sistemático	NAS	Executado
Auditorias	Assegurar o acompanhamento das recomendações resultantes das ações de verificação no local.	Variável	NAS	Executado
	Acompanhamento de auditores externos.	Variável	NAS	Executado

ATIVIDADES CORRENTES

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Auditorias	Melhorar os procedimentos, metodologias e instrumentos relativos ao controlo e à realização de verificações no local e supervisão de OI/OREPP; Prestação de apoio e colaboração às entidades nacionais e comunitárias competentes, em matéria das verificações no local e supervisão no âmbito dos PO Intervir + e PO Rumos.	Variável	NAS	Executado
	Análise e envio dos relatórios preliminares e finais de auditoria para os beneficiários dos Programas Intervir+, Rumos, Madeira 14-20, POVT, POSEUR, MAC 2017-2013 e MAC 2014-2020.	Variável	NGOP	Executado
	Monitorização operacional dos Programas Operacionais Regionais / Fundos Comunitários.	Mensal	UPAI	Executado
	Colaboração na elaboração dos Relatórios de Execução dos Programas Intervir+, Rumos, Madeira 14-20, POVT, POSEUR, MAC 2017-2013 e MAC 2014-2020.	Anual	NGOP	Executado
	Elaboração de contributos/documentos em resposta às solicitações externas e internas respeitantes dos Programas Intervir+, Rumos, Madeira 14-20, POVT, POSEUR, MAC 2017-2013 e MAC 2014-2020.	Variável	NGOP	Executado
	Contributo para o Relatório Anual sobre "A Madeira na União Europeia", elaborado pela DRACE.	Anual	NGOP	Executado

ATIVIDADES CORRENTES

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Gestão, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Planeamento e de Programação	Contribuir para a consolidação de um sistema de informação que responda eficazmente às necessidades inerentes à boa gestão e acompanhamento do Programa Madeira 14-20.	Sistemático	NGOP	Executado
	Análise e tratamento de informação macroeconómica em domínios relevantes à conceção, implementação, monitorização e avaliação dos Programas Operacionais.	Sistemático	UPAI	Executado
	Monitorização estratégica dos Programas Operacionais Regionais.	Sistemático	UPAI	Executado
	Elaboração de contributos para projetos externos à Unidade, nomeadamente no âmbito da execução e avaliação dos Programas Operacionais.	Variável	UPAI	Executado
	Gestão e Acompanhamento dos projetos cofinanciados no âmbito dos Programas Intervir+, Rumos, Madeira 14-20, POVT, POSEUR, MAC 2017-2013 e MAC 2014-2020.	Sistemático	NGOP	Executado
	Monitorização Global da aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento na RAM (Resolução do Conselho de Governo n.º 521/2015)	Sistemático	UPAI	Executado
	Colaborar na preparação dos convites e dos avisos das candidaturas no contexto PO SEUR	Variável	NGOP	Executado
	Preparação da logística inerente às Comissões de Acompanhamento dos Programas Intervir+, Rumos, Madeira 14-20, POVT, POSEUR, MAC 2017-2013 e MAC 2014-2020.	Variável	UPAI	Executado

ATIVIDADES CORRENTES

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Planeamento e de	Preparação da logística inerente às Unidades de Gestão do Programa Madeira 14-20	Variável	UPAI	Executado
	Gestão do Programa de Reconstrução da Madeira (no âmbito da Lei de Meios).	Sistemático	UCOF	Executado
	Emissão de pareceres referentes a alterações orçamentais, compromissos plurianuais e fundos disponíveis a projetos cofinanciados.	Sistemático	UPAI	Executado
Promoção e Informação	Manutenção e implementação da Intranet e do site público do IDR, IP-RAM.	Sistemático	UAGI	Executado
	Monitorização do cumprimento das regras de informação e publicidade.	Sistemático	UPAI	Não Executado (não houve atividade)
	Promoção e Internacionalização (divulgação de Programas de Iniciativa Comunitária e prestação de apoio técnico a eventuais interessados).	Variável	UPAI	Executado
	Participação nas Redes de Comunicação.	Variável	UPAI	Executado

5.4. ATIVIDADES DE SUPORTE

ATIVIDADES DE SUPORTE

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Planeamento Estratégico	Elaboração do Plano de Atividades.	Anual	CD	Executado
	Elaboração do Relatório de Atividades.	Anual	CD	Executado
	Autoavaliação.	Anual	CD	Executado
Jurídica	Preparação e acompanhamento de procedimentos de contratação.	Sistemático	UAJ	Executado
	Apoio jurídico no âmbito dos Programas Operacionais.	Sistemático	UAJ	Executado
	Acompanhamento e apoio no âmbito de implementação e execução dos Programas Operacionais.	Variável	UAJ	Executado
	Acompanhamento da atividade legislativa, regulamentar e jurisprudencial com implicações nas áreas relativas às atribuições do IDR, IP-RAM.	Diário	UAJ	Executado

ATIVIDADES DE SUPORTE

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Expediente, Arquivo e Tecnologias de Informação	Apoio informático a utilizadores.	Sistemático	UAGI	Executado
	Apoio administrativo, expediente e arquivo.	Diário	UAGI	Executado
	Atualização das bases de dados de ausência de dívidas à fazenda pública e à segurança social e de contactos externos do IDR, IP-RAM.	Sistemático	UAGI	Executado
	Avaliação e seleção de documentação.	Variável	UAGI	Executado
	Gestão do centro de documentação.	Sistemático	UAGI	Executado
	Gestão e manutenção do sistema de segurança de informação (SSI).	Sistemático	UAGI	Executado

ATIVIDADES DE SUPORTE

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Expediente, Arquivo e Tecnologias de Informação	Gestão e manutenção do parque informático do IDR, IP-RAM.	Sistemático	UAGI	Executado
	Manutenção dos Sistemas de Informação de apoio à gestão dos PO.	Sistemático	UAGI	Executado
Financeira	Colaborar na elaboração da conta de gerência.	Anual	UAGI	Executado
	Efetuar o pagamento das despesas relativas aos encargos fixos com as instalações, despesas bancárias e reembolsos aos funcionários do IDR, IP-RAM; Efetuar o pagamento do fundo de maneiio e da aquisição de bens e serviços.	Diário	UAGI	Executado
	Controlar a entrada de verbas e efetuar as transferências bancárias dos fundos comunitários e nacionais.	Diário	UAGI	Executado
	Receber, depositar e registrar as receitas próprias, venda de caderno de encargos e as reposições abatidas e não abatidas nos pagamentos.	Diário	UAGI	Executado
	Efetuar o pagamento dos vencimentos, abonos, regalias sociais e descontos.	Mensal	UAGI	Executado
	Efetuar a reconciliação bancária.	Semanal	UAGI	Executado

ATIVIDADES DE SUPORTE

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Financeira	Efetuar os registros no balancete de movimento de fundos e de transferências internas.	Diário	UAGI	Executado
	Coordenação dos projetos de Assistência Técnica da responsabilidade do IDR enquanto AG, OI e Interlocutor Regional	Sistemático	NGEPOC	Executado
Pessoal, Orçamento e Contabilidade	Coordenação do processo de avaliação de desempenho dos trabalhadores	Anual	NGEPOC	Executado
	Elaborar o balanço social.	Anual	NGEPOC	Executado
	Processamento de vencimentos dos trabalhadores.	Mensal	NGEPOC	Executado
	Gestão dos efetivos do IDR, IP-RAM.	Variável	NGEPOC	Executado
	Recrutamento de trabalhadores.	Variável	NGEPOC	Executado
	Fornecer dados relativos aos movimentos e remunerações dos trabalhadores do IDR, IP-RAM., no portal do funcionário.	Trimestral	NGEPOC	Executado

ATIVIDADES DE SUPORTE

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Pessoal, Orçamento e Contabilidade	Planeamento da formação dos trabalhadores do IDR, IP-RAM.	Anual	NGEPOC	Executado
	Prova anual de rendimentos. Processamento do abono de família a crianças e jovens.	Anual	NGEPOC	Executado
	Assegurar a manutenção e conservação das instalações.	Sistemático	NGEPOC	Executado
	Assegurar o cumprimento das medidas de autoproteção.	Variável	NGEPOC	Executado
	Responsabilidade social: recolha seletiva de papel, recolha seletiva de plásticos, recolha seletiva de pilhas e recolha seletiva de tonners.	Sistemático	NGEPOC	Executado
	Apoiar na realização de eventos da responsabilidade do IDR, IP-RAM.	Variável	NGEPOC	Executado
	Elaboração da proposta do orçamento privativo do IDR, IP-RAM.	Anual	NGEPOC	Executado
	Elaboração da conta de gerência.	Anual	NGEPOC	Executado

ATIVIDADES DE SUPORTE

Área	Atividades	Calendarização/Periodicidade	Responsabilidade	Concretização Executado/Não Executado/Parcialmente Executado
Pessoal, Orçamento e Contabilidade	Execução do orçamento privativo do IDR, IP-RAM.	Sistemático	NGEPOC	Executado – Out. 2015
	Manter atualizado o registo do inventário, cadastro e património do IDR, IP-RAM.	Sistemático	NGEPOC	Executado
	Aquisição de bens e gestão de <i>stocks</i> .	Sistemático	NGEPOC	Executado
Estratégia, Avaliação e Comunicação	Organização de eventos.	Variável	UPAI	Executado
	Coordenação dos comités no âmbito dos Programas Operacionais.	Variável	UPAI	Executado

CAPÍTULO VI

6. AUTOAVALIAÇÃO

6.1. SIADAP-RAM 1 - ENQUADRAMENTO

Em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de agosto, em concreto com o disposto no seu artigo 14.º, neste capítulo iremos analisar o desempenho global do IDR, IP-RAM no decurso do ano de 2016, nas suas múltiplas vertentes, de onde resultará a apresentação da respetiva proposta de menção de desempenho.

6.2. OBJETIVOS OPERACIONAIS – ANÁLISE DE RESULTADOS E JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS

6.2.1. Objetivos Eficácia (50%)

6.2.1.1. Objetivo 1

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados	
			Resultado	Classificação			2013	2014
				Superou	Atingiu			
OB 1	Ponderação de 35%							
Reforçar a eficácia do Sistema de Gestão dos Fundos Comunitários	Ind 1	Grau de execução financeira do Programa Madeira 14-20.	5% a 10%	Mapa de Controlo Interno	11%	110%		
	Peso	60%						
	Ind 2	Grau de Execução Financeira PO SEUR	5% a 10%	Mapa de Controlo Interno	8%	100%	0	
	Peso	30%						
	Ind 3	Grau de execução financeira do PO MAC (2014-2020).	1% a 3%	Mapa de Controlo Interno	-	-	-	
	Peso	10%						

Apesar dos constrangimentos, essencialmente de ordem interna, que o IDR, IP-RAM se deparou na operacionalização dos novos Programas Operacionais do período de programação 2014-2020, que limitaram de algum modo a dinâmica de aprovações e de execução, verificou-se que os resultados alcançados, na vertente da execução financeira, foram positivos. Com efeito, o Programa Madeira 14-20 (FEDER e FSE) atingiu uma taxa de execução de 11%, idêntica à média nacional, enquanto o POSEUR, nos domínios dos eixos que estão delegados pela Autoridade de Gestão no IDR, IP-RAM, alcançou uma taxa de execução na ordem dos 8%, que no universo deste programa representou um contributo muito significativo para o valor global de execução.

Por último, importa referir que o indicador Grau de Execução Financeira do PO MAC 2014-2020 (Ind. 3) não se concretizou, por motivos inteiramente alheios ao IDR, IP-RAM (atraso na aprovação das candidaturas deste programa em virtude da AG – Canárias, apenas ter convocado o Comité de Gestão em novembro, e por tal motivo, não houve apresentação de qualquer execução por parte dos beneficiários até ao final do ano), daqui resultando a não

consideração deste indicador na avaliação global do desempenho do IDR, IP-RAM, o que implicou a distribuição equitativa do peso relativo pelos restantes indicadores associados a este objetivo.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 1	106,5%	Superado	6,5%

6.2.1.2. Objetivo 2

Objectivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados				
			Resultado	Classificação			2015	2014			
				Superou	Atingiu				Não atingiu		
OB 2	Ponderação de 35%										
Iniciar a preparação do processo de encerramento do QREN e PCT MAC	Ind 4	Encerramento dos Projetos PO Intervir+	100% até 30 Junho	Relatórios Finais dos Projetos	98%			98%	-2	36%	-
	Peso	30%									
	Ind 5	Encerramento dos Projetos PO Rumos	100% até 30 Junho	Saldos Finais dos Projetos	100%		100%		0	97%	-
	Peso	30%									
	Ind 6	Encerramento dos Projetos Eixo IV POVT	100% até 30 Junho	Relatórios Finais dos Projetos	100%		100%		0	29%	-
	Peso	25%									
	Ind 7	Encerramento dos Projetos PCT MAC	100% até 30 Junho	DDP Finais dos Projetos	100%		100%		0	82%	-
Peso	15%										

O ano de 2016 foi marcado pela vigência concomitante de dois períodos de programação, tendo o IDR, IP-RAM como uma das suas grandes prioridades o encerramento dos programas do QREN (Intervir+, Rumos, POVT e PCT MAC 2007-2013), pois a maximização do aproveitamento dos fundos comunitários disponíveis constitui um objetivo estratégico que o IDR, IP-RAM se propôs realizar. Esta tarefa foi realizada num quadro de especial dificuldade, em que as equipas técnicas responsáveis pela gestão dos programas do PT 2020, foram as mesmas que estiveram envolvidas no processo de encerramento dos programas do anterior período de programação 2007-2013.

Mesmo assim, a execução deste objetivo só não foi plena, porque o indicador relativo ao encerramento do PO Intervir+ (Ind. 4) teve um grau de concretização de 98%, fruto das dificuldades encontradas no encerramento de alguns projetos que apresentaram problemas relacionados com processos de expropriação de terrenos, que careceram de ser resolvidos pela Direção Regional do Património e Serviços Partilhados. Estes problemas, cuja resolução estava fora da esfera de intervenção do IDR, IP-RAM, obstaram a que, de forma muito marginal, a meta global não tivesse sido alcançada.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 2	99,4%	Não Atingiu	-0,6%

6.2.1.3. Objetivo 3

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados		
			Resultado	Classificação			2015	2014	
				Superou	Atingiu				Não atingiu
OB 3	Ponderação de 5%								
Promover a produção de contributos para a formulação das políticas públicas	Ind 8 Criação de grupos temáticos no âmbito da Comissão Técnica de Planeamento no contexto da avaliação do Compromisso Madeira 2020	2 Grupos Temático	Ata da reunião	zero			0%	zero	-
	Peso	50%							
	Ind 9 Número Anual reuniões do Conselho Económico e Social	2 reuniões	Ata da reunião	1 reunião			100%	uma	-
Peso	50%								

Por força das circunstâncias internas vividas pelo IDR, IP-RAM no decurso do ano de 2016, resultantes do processo de reorganização interna, emergiram situações de falta de elementos com conhecimentos especializados na constituição de algumas equipas técnicas, tendo a unidade responsável pelo planeamento e monitorização estratégicas, em particular, sofrido este impacto durante grande parte do ano. Com efeito, apenas no último trimestre do ano foi possível satisfazer essa lacuna, com o regresso de uma técnica com as valências e as competências necessárias, num momento em que já não era possível inverter esta situação, daqui resultando, que a concretização da meta associada ao indicador relativo à criação de grupos temáticos no âmbito da Comissão Técnica de Planeamento tivesse ficado irremediavelmente comprometida.

Quanto ao outro indicador, a não concretização integral da meta definida deveu-se a fatores alheios à vontade do IDR, IP-RAM. Com efeito, a estrutura, funcionamento e missão do Conselho Económico e Social da Madeira foram alterados através do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2016/M, de 15 de janeiro, tendo, por essa via, sido criado, em sua substituição, o Conselho Económico e da Concertação Social da RAM (CECS), que na composição dos seus membros não contemplou, inicialmente, qualquer representante da Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública o que tinha como consequência a exclusão do IDR, IP-RAM desse órgão. Ultrapassado este pequeno impasse, o CECS só reuniu pela primeira e único

em vez no decurso do ano de 2016, no dia 5 de dezembro, em reunião onde se aprovou a designação dos seus membros e se procedeu à aprovação do seu regulamento interno. Perante estas circunstâncias, não foi possível participar em mais reuniões, por motivos que são facilmente entendíveis como não imputáveis ao IDR, IP-RAM, facto pelo qual, considerou-se como cumprida a meta fixada para este indicador.

É neste enquadramento que basicamente se explica o resultado deste objetivo, que ficou claramente abaixo do que era expetável concretizar.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 3	50%	Não Atingiu	-50%

6.2.1.4. Objetivo 4

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados		
			Resultado	Classificação			2015	2014	
				Superou	Atingiu				Não atingiu
OB 4 Ponderação de 20%									
Garantir a execução e a monitorização dos instrumentos de planeamento e de programação	Ind 10	Data da divulgação do follow-up de verificação do cumprimento das condicionalidades ex ante	Atualização semestral	Site	30-06-2016 30-12-2016	100%	0	-	-
	Peso	33,33%							
	Ind 11	Elaboração da Proposta PIDDAR	Entre setembro e novembro	Ofício	Novembro	100%	0	-	-
	Peso	33,33%							
	Ind 12	Elaboração do Relatório de Execução do PIDDAR e envio ao SRPF	Até à 3.ª semana de setembro, inclusivé (entre 19 e 22 set.)	Ofício	22-09-2016	100%	0	21-Out	21-Out
	Peso	33,33%							

Em paralelo com a missão da gestão dos programas operacionais, o IDR, IP-RAM tem igualmente outra grande responsabilidade que é a coordenação das atividades de planeamento e de monitorização do modelo de desenvolvimento regional.

É nesta área de atuação que se desenvolvem as atividades inerentes à elaboração da proposta e do Relatório de Execução do PIDDAR, bem como, ao acompanhamento das condicionalidades ex-ante que estão associadas ao Programa Madeira 14-20. A monitorização e a avaliação do desempenho deste elenco de atividades encontram expressão neste objetivo que é aferido através deste conjunto de três indicadores. Refira-se, que os processos de elaboração da proposta e do relatório de execução do PIDDAR são executados em estreita articulação com a Direção Regional do Orçamento e do Tesouro, não fosse esse o organismo responsável pela execução da política orçamental da Região. Intervêm igualmente nestes processos, os restantes organismos do Governo Regional da Madeira, numa lógica de responsabilidade partilhada em que o IDR, IP-RAM tem a incumbência última de confirmar e

sistematizar toda a informação recebida e estruturá-la em documentos que são posteriormente submetidos à tutela.

Em relação ao cumprimento das condicionalidades ex-ante, premissa essencial à plena intervenção do Programa Madeira 14-20, saliente-se que este constitui-se num dos principais fatores críticos que o IDR, IP-RAM teve de acautelar no decurso do ano de 2016, pois existiam ainda condicionalidades que não estavam cumpridas e que importava assegurar o seu cumprimento nos prazos previstos, sob pena de haver medidas penalizadoras para este programa. Daí, a relevância que este indicador assumiu, sendo de destacar que todas as condicionalidades encontram-se já todas cumpridas.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 4	100%	Atingiu	0%

6.2.1.5. Objetivo 5

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados			
			Resultado	Classificação			2013	2014		
				Superou	Atingiu				Não atingiu	
OB 5										
Ponderação de 5%										
Garantir a operacionalidade dos sistemas informáticos	Ind 13	Prazo médio de interrupção dos serviços instalados	8 horas úteis	Intranet	sem ocorrências	-	-	-	sem ocorrências	50m 30s
	Peso	-								
	Ind 14	Número de melhorias introduzidas no sistema de informação interno	2 melhorias com impacto nos serviços	Controlo Interno	7 melhorias	350%			4 melhorias	
	Peso	100%								

Pela natureza e pelas exigências regulamentares a que as atividades desenvolvidas pelo IDR, IP-RAM estão sujeitas, os sistemas de informação são um fator muito crítico que carece de especial atenção, pois são determinantes para o normal e regular funcionamento da sua atividade. Como tal, definiu-se este objetivo com o claro propósito de monitorizar a operacionalidade dos nossos sistemas, em particular, dos sistemas de informação ligados à gestão dos programas operacionais, pois é necessário garantir o seu permanente funcionamento, de modo a não comprometer, por um lado, as expectativas dos beneficiários, que são utilizadores não voluntários e, por outro lado, a análise da informação por parte das equipas técnicas do IDR, IP-RAM.

Em paralelo com a preocupação existente em garantir a operacionalidade dos sistemas, destaca-se, igualmente, o objetivo de melhorar continuamente, visando um funcionamento que se revele mais consistente, eficiente e amigável do ponto de vista do utilizador. De facto, esta preocupação teve forte expressão na quantidade de ações de melhoria que foram desenvolvidas e que contribuiram para a superação deste indicador.

Durante o ano de 2016 não se verificou qualquer ocorrência que motivasse a interrupção dos sistemas informáticos, o que implicou a não consideração deste indicador na avaliação global do desempenho do IDR, IP-RAM. Consequentemente, houve necessidade de reformular o peso

relativo do outro indicador (Ind. 14) que passou a ter uma ponderação de 100% para efeitos de cálculo da avaliação final.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 5	350%	Superado	250%

6.2.2. Objetivos Eficiência (40%)

6.2.2.1. Objetivo 6

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados				
			Resultado	Classificação			2014	2014			
				Superou	Atingiu				Não atingiu		
OB 6	Ponderação de 90%										
Otimizar a gestão dos fundos comunitários	Ind 15	Prazos Médios de Análise de Candidaturas projetos FEDER (2014-2020)	50 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 60 dias)	Mapas de Controlo Interno	93 dias			14%	-43		
	Peso	12,5%									
	Ind 16	Prazos Médios de Análise de Pedidos de Pagamento projetos FEDER (2014-2020)	25 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 30 dias)	Mapas de Controlo Interno	22 dias	112%			-2		
	Peso	12,5%									
	Ind 17	Prazos Médios de Análise de Candidaturas projetos FSE (2014-2020)	50 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 60 dias)	Mapas de Controlo Interno	37 dias	126%			-13		
	Peso	10%									
	Ind 18	Prazos Médios de Análise de Pedidos de Pagamento projetos FSE (2014-2020)	25 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 30 dias)	Mapas de Controlo Interno	32 dias			72%	7		
	Peso	10%									
	Ind 19	Prazos Médios de Análise de Candidaturas projetos Fundo de Coesão (2014-2020)	40 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 50 dias)	Mapas de Controlo Interno	50 dias			75%	10		
	Peso	10%									
	Ind 20	Prazos Médios de Análise de Pedidos de Pagamento projetos Fundos de Coesão (2014-2020)	25 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 30 dias)	Mapas de Controlo Interno	7 dias	172%			-18		
	Peso	10%									
	Ind 21	Prazos Médios de Análise de DDP projetos PO MAC 2014-2020	30 dias (nenhuma análise poderá ultrapassar os 45 dias)	Mapas de Controlo Interno							
	Peso	5%									

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados		
			Resultado	Classificação			2015	2014	
				Superou	Atingiu				Não atingiu
OB 6	Ponderação de 90%								
Otimizar a gestão dos fundos comunitários	Ind 22	Prazo Médio Pedidos de Certificação Despesas PO Intervir+	Até 17 dias após cut-off	Mapa de Controlo Interno	13,5 dias úteis	120,59%	-3,5	-	-
	Peso	2,5%							
	Ind 23	Prazo Médio Pedidos de Certificação Despesas PO Rumos	Até 30 dias após cut-off	Mapa de Controlo Interno	7 dias úteis	176,67%	23	-	-
	Peso	2,5%							
	Ind 24	Prazo médio pagamento aos beneficiários	3 dias úteis	Mapa de Controlo Interno	0,336 dias úteis	188,80%	0,204	0,201	
	Peso	5%							
	Ind 25	Taxa de esforço de verificações no local	5%	Mapa de Controlo Interno	-	-	-	-	-
	Peso	5%							
	Ind 26	Número de ações de supervisão aos OI	2 ações	Mapa de Controlo Interno	-	-	-	-	-
	Peso	5%							
	Ind 27	Prazo Médio Pedidos de Certificação Despesas FEDER	Até 17 dias após cut-off	Mapa de Controlo Interno	-	-	-	-	-
	Peso	2,5%							
	Ind 28	Prazo Médio Pedidos de Certificação Despesas FSE	Até 30 dias após cut-off	Mapa de Controlo Interno	-	-	-	-	-
	Peso	2,5%							
	Ind 29	Encerramento exercício contabilístico FEEI	4.º trimestre	Mapa de Controlo Interno	30-06-2016	133,58%	-92	-	-
	Peso	5%							

Uns dos aspetos mais críticos da atividade do IDR, IP-RAM prende-se com o cumprimento dos prazos associados à análise das candidaturas e dos pedidos de pagamento dos projetos cofinanciados pelos diversos programas, porque, efetivamente, para além de se tratar de exigências legais, correspondem a legítimas expetativas dos beneficiários.

O ano de 2016 foi marcado pela concomitância dos períodos de programação do QREN e do PT 2020, em que o IDR, IP-RAM teve de atender de forma idêntica e simultânea às exigências e às

responsabilidades resultantes da gestão dos programas operacionais de cada um destes quadros comunitários, num contexto de especial dificuldade decorrente das mesmas equipas terem enfrentado este duplo desafio, ainda para mais, quando se verificou que, em particular, a equipa técnica afeta à área da gestão dos programas ter sido profundamente renovada o que trouxe dificuldades acrescidas fruto da sua relativa inexperiência.

Todos estes fatores contribuíram para a forma como decorreu a execução deste objetivo, em que as metas de alguns dos seus indicadores não foram cumpridas, apesar de no global, o mesmo ter sido concretizado.

Cumpre-nos salientar, que não foi possível aferir os resultados dos indicadores IND21 e IND25 ao IND28, por razões alheias ao IDR, IP-RAM, designadamente, porque, por um lado, e no que se refere à análise das DDP dos projetos PCT MAC 2014-2020, a AG (Canárias) apenas convocou o Comité de Gestão para a aprovação das candidaturas em novembro, não tendo os beneficiários possibilidade de apresentar as respetivas DDP até ao final do ano, e, por outro lado, no que se refere às ações de verificação no local e de supervisão, face ao nível de execução que o Programa Madeira 14-20 registou, não foi possível realizar qualquer ação. Por último, verificou-se que existia uma duplicação dos indicadores relativos à certificação de despesas FEDER e FSE, pelo que, se optou por distribuir equitativamente o peso relativo destes indicadores pelos restantes.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 6	107,61%	Superado	7,61%

6.2.2.2. Objetivo 7

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados		
			Resultado	Classificação			2015	2014	
				Superou	Atingiu				Não atingiu
OB 7	Ponderação de 10%								
Reforçar a garantia de boa aplicação dos fundos comunitários	Ind 30	Prazos Médios de envio dos contraditórios das auditorias externas	15 dias	Mapa de controlo interno	10,5 dias úteis	130%			
	Peso	50%							
	Ind 31	Grau de satisfação das recomendações das auditorias externas	100%	Mapa de controlo interno	100%	100%			
	Peso	50%							

Um dos aspetos mais críticos que o IDR, IP-RAM tem de liderar no contexto da gestão dos fundos comunitários, é garantir a boa aplicação destes dinheiros públicos, assegurando que há o cumprimento escrupuloso, por todos os intervenientes, quer sejam os beneficiários, quer sejam as estruturas de apoio técnico, de todas as regras previstas no quadro legal e regulamentar existente para a concessão destes apoios.

Neste sentido, é importante haver um forte compromisso por parte do IDR, IP-RAM no acompanhamento que é dado à implementação das recomendações que resultam das diversas ações de auditoria que são realizadas aos beneficiários e à própria estrutura de gestão do IDR, IP-RAM, pois o desempenho dos Programas Operacionais sob sua responsabilidade, serão também avaliados nesta vertente das irregularidades que são detetadas.

Assim, é notório através do desempenho destes dois indicadores, que o IDR, IP-RAM procurou, por um lado, que houvesse a garantia de que o tratamento das recomendações se fizesse em tempo útil para permitir que as eventuais medidas corretivas surtisses os efeitos desejados e, por outro lado, que ficasse assegurada a eficácia destas medidas.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 7	115%	Superado	15%

6.2.3. Objetivos Qualidade (10%)

6.2.3.1. Objetivo 8

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados	
			Resultado	Classificação			2015	2014
				Superou	Atingiu			
OB 8	Ponderação de 50%							
Promover um ambiente interno de melhoria contínua focado na prestação de um serviço de qualidade que vá de encontro aos requisitos dos seus clientes	Ind 32	Execução do Plano de Ações de Melhoria	70%	Plano	80%	114,29%		
	Peso	33,33%						
	Ind 33	Nível de satisfação dos clientes externos	BOM (≥3,5 e ≤3,9 valores)	Relatório Anual de Gestão	BOM (3,846 valores)		100%	
	Peso	33,33%						
	Ind 34	Gerir e dinamizar o Sistema de Gestão da Qualidade	Mantar certificação NP EN ISO 9001	Relatório Auditoria	Atingido		100%	
	Peso	33,33%						

O IDR, IP-RAM tem em permanente atenção na prossecução da sua missão a prestação de um serviço que corresponda às legítimas expectativas dos seus *stakeholders*.

É neste enquadramento que se estabeleceu um mecanismo de aferição da satisfação dos clientes externos, bem como, um plano anual de ações de melhoria, que materializaram esta preocupação de procurar sistematicamente melhorar o nosso desempenho e oferecer um serviço de qualidade. Todos estes instrumentos encontram expressão no Sistema de Gestão da Qualidade do IDR, IP-RAM, que se encontra certificado de acordo com a norma NP EN ISO 9001.

Este Plano de Ações de Melhoria visou implementar um conjunto de oportunidades de melhoria que foram identificadas quer em sede de revisão do Sistema de Gestão em finais de 2015, quer já no decurso do ano de 2016, num claro propósito de, por um lado, incutir

melhorias no funcionamento do IDR, IP-RAM e, por outro lado, contribuir para um aumento da qualidade do serviço prestado aos seus “clientes”. Neste âmbito, destacam-se como ações mais relevantes o reforço da monitorização dos indicadores de gestão, a introdução de melhorias no menu na intranet relativo à atualização da legislação e a disponibilização no site do IDR, IP-RAM de informação relevante sobre os programas operacionais dos períodos de programação anteriores.

Quanto ao grau de satisfação dos clientes externos do IDR, IP-RAM, que foi aferido através de um inquérito preenchido online pelas entidades que foram identificadas como suas clientes, o resultado global desta avaliação, numa escala de 1 a 5, cifrou-se nos 3,846 valores, correspondentes a uma avaliação qualitativa de Bom.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 8	104,76%	Superado	4,76%

6.2.3.2. Objetivo 9

Objetivos operacionais	Meta Ano 2016	Fonte de Verificação	Concretização			Desvios	Resultados			
			Resultado	Classificação			2015	2014		
				Superou	Atingiu				Não atingiu	
OB 9	Ponderação de 50%									
Promover a valorização contínua dos recursos humanos	Ind 35	Execução do Plano Anual de Formação	80%	Plano	78%		97,50%	66%	81%	
	Peso	40%								
	Ind 36	Nível de qualidade das ações de formação	BOM	IDR-6.2.1-4	Bom		100%	0	Bom	Bom
	Peso	30%								
	Ind 37	Impacto das ações de formação	Teve algum impacto	IDR-6.2.1-4	Teve algum impacto		100%	0	Teve algum impacto	Teve algum impacto
	Peso	30%								

A valorização e a permanente qualificação dos seus recursos humanos representam princípios essenciais e incontornáveis da estratégia definida pelo IDR, IP-RAM, pois são o alicerce de toda a sua intervenção e da qual depende o seu sucesso.

Foi num quadro de alguma dificuldade, resultante do processo de mudança interna ocorrida no final do primeiro trimestre e da exiguidade de recursos em algumas áreas chave, que esta preocupação se tornou ainda mais premente, dado que foi necessário refazer as equipas técnicas e dar formação específica em contexto de trabalho aos novos elementos.

No âmbito deste objetivo, a principal dificuldade com que o IDR, IP-RAM se viu confrontado, foi o não cumprimento da meta associada ao indicador da execução do Plano Anual de Formação, pela não realização da ação de formação interna relativa à sensibilização para a segurança da informação, que por questões logísticas e da falta de disponibilidade dos respetivos intervenientes, teve de ser adiada por duas vezes, e a sua realização ter transitado para o ano de 2017. Este facto teve impacto direto no não cumprimento deste objetivo, ainda que de forma muito marginal.

	Concretização	Classificação	Desvio
OBJ 9	99%	Não Atingido	-1%

6.2.4 Síntese dos Resultados

Como súmula do exercício de avaliação realizado nos pontos anteriores, é importante começar por sublinhar o facto de que o contexto em que decorreu a atividade do IDR, IP-RAM e no qual foram executados os objetivos estabelecidos, teve a particularidade de ter vigorado em simultâneo dois períodos de programação, que trouxe dificuldades acrescidas à exigente missão do IDR, IP-RAM. Com efeito, tivemos, por um lado, o PT 2020, em que foi necessário incutir uma maior dinâmica de execução, de modo a recuperação do atraso verificado nos primeiros anos da sua vigência (que foi comum a todos o programas operacionais) e, por outro lado, tivemos que garantir o encerramento dos dois programas operacionais do QREN (Programas Intervir+ e Rumos), num quadro interno de especial constrangimento, decorrente da mudança da estrutura orgânica e da reorganização das equipas técnicas, que causou perturbação ao normal funcional da atividade e do facto de terem sido as mesmas equipas a levar a cabo este duplo desafio.

Foi neste cenário de elevada exigência (que melhor se detalha no ponto 2), que estes resultados foram obtidos, sendo de realçar o esforço e o empenho de todas as equipas do IDR, IP-RAM, que num contexto adverso e de alguma instabilidade, souberam dar resposta às exigentes e complexas solicitações com que se viram confrontadas.

	PONDERAÇÃO	REALIZAÇÃO	TOTAL
OBJ EFICÁCIA	50%	112,12%	56,06%
OBJ EFICIÊNCIA	40%	108,35%	43,34%
OBJ QUALIDADE	10%	101,88%	10,19%
TAXA DE REALIZAÇÃO GLOBAL			109,59%

6.3. AVALIAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO

A avaliação da satisfação do cliente externo foi realizada através do preenchimento de um inquérito, onde foi aferido o grau de satisfação oferecido pelos diversos serviços prestados pelo IDR, IP-RAM, de acordo com oito parâmetros de avaliação.

Para o ano de 2015 estabeleceu-se um **universo de quarenta e duas entidades** com os quais o Instituto se relaciona e interage, significando um **decrécimo de cerca de metade** relativamente ao ano anterior. Este facto explica-se pela fase de transição de Programas que marcou o ano de 2016 o que levou a que o número de candidaturas dos Programas e, conseqüentemente, de entidades promotoras tivesse diminuído. Dando seguimento à metodologia estreada em 2014, foi utilizado um inquérito eletrónico remetido via e-mail no 12/10/2016 (com nova insistência feita pela mesma via no dia 04/11/2016), às referidas entidades, tendo **22** respondido ao inquérito, significando um total de 52% **de inquéritos respondidos**, contra os 33% de 2015, 48% de 2014, 43% de 2013, 51% de 2012, os 44% de 2011, os 39% de 2010, os 31% de 2009, os 45% de 2008 e os 62% de 2007. Consideramos que esta amostra é suficientemente representativa para aferirmos, de modo relativamente seguro, qual é a apreciação geral que os nossos clientes fazem de nós.

Do exercício de *benchmarking* de comparação interna do desempenho das diversas áreas funcionais, naquilo que diz respeito à avaliação da satisfação do cliente externo, os resultados obtidos revelam que a avaliação global que os nossos clientes fazem à qualidade dos serviços que prestamos é **Boa (3,846 valores)**, não existindo uma diferenciação entre as avaliações que mereça algum destaque especial. Todavia, é importante sublinhar que na análise destes dados, deveremos ter em consideração o facto de, na formulação dos resultados parciais que a seguir se apresentam, existir alguma disparidade no número de avaliações feitas a cada uma das áreas em baixo expostas. A título de exemplo, refira-se que os “Programas FEDER” foram avaliados por **17** das **22** entidades que responderam ao inquérito, seguidos, com alguma distância, pela “Informação e divulgação de programas cofinanciados” com **8** avaliações, os “Programas Fundo de Coesão” com **7** avaliações, o “PIDDAR” com **6** notações, as área dos “Programas FSE”, “Programas Cooperação” e “Verificações no Local” com **5** avaliações cada e,

finalmente, o “Programa de Reconstrução da Madeira” e as “Ações de Supervisão aos Organismos Intermédios” com **3** avaliações cada. Os resultados foram os seguintes:

- Programas FEDER: **3,94 (Bom)**;
- Programas FSE: **3,4 (Bom)**;
- Programas Fundo de Coesão: **4 (Muito Bom)**;
- Programas Cooperação: **3,6 (Bom)**;
- Programa de Reconstrução da Madeira: **4 (Muito Bom)**;
- Verificações no Local: **4 (Muito Bom)**;
- Informação e divulgação de programas cofinanciados: **3,88 (Bom)**;
- Ações de Supervisão aos Organismos Intermédios: **4 (Muito Bom)**;
- PIDDAR: **4,14 (Muito Bom)**;
- Alterações Orçamentais: **3,5 (Bom)**.

6.4. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

No planeamento previsto para a execução das atividades enquadradas no Sistema de Gestão da Qualidade do IDR, IP-RAM, encontra-se o Programa Anual de Auditorias Internas, que dá cumprimento aos requisitos da norma ISO 9001, em matéria de controlo interno. O propósito principal deste programa consistiu na verificação da correta aplicação dos procedimentos instituídos, do cumprimento dos requisitos legais e da aferição da conformidade dos requisitos da norma. O Programa de auditorias internas para 2016, aprovado pelo Conselho Diretivo do IDR, IP-RAM em 16/06/2016, manteve a mesma lógica dos anos anteriores, de concentrar **numa única auditoria** a verificação interna ao funcionamento e ao desempenho do SGQ. Esta auditoria, que se realizou entre o final do mês de outubro e o início do mês de novembro, abrangeu a totalidade do Sistema, e teve como principal propósito verificar a conformidade do Sistema em relação à descrição procedimental existente, aos requisitos da Norma e à legislação enquadradora de toda a atividade do IDR, IP-RAM. Este programa de auditoria, que foi executado na íntegra, abrangeu toda a estrutura processual do Sistema e, por conseguinte, a globalidade do seu âmbito.

A auditoria realizada teve o grande mérito de também ajudar os elementos da bolsa de auditores internos a consolidarem as suas práticas e os seus conhecimentos.

Acresce que a esta auditoria interna, o IDR também foi alvo de auditorias realizadas por entidades externas (IGF, ADC, etc.) no âmbito das suas responsabilidades com a gestão de fundos comunitários. Do conjunto destas auditorias, foram apresentadas no decurso deste ano 1 relatório final com recomendações que visaram diretamente a atuação do IDR enquanto Autoridade de Gestão. No quadro abaixo encontram-se identificadas as referidas auditorias, bem como, sintetizados os respetivos resultados.

Decorrentes destas auditorias, foram identificadas não conformidades, observações e oportunidades de melhoria de acordo com a seguinte matriz:

	N.º	Data	Não Conformidades	Observações	Oportunidades de Melhoria
Auditorias Internas	1/2016	Outubro/novembro	11	14	-
Auditorias Externas	EC16-16 (AD&C)	Novembro	1	-	-

O resultado da auditoria interna, indica que o número de constatações sofreu um acréscimo relativamente ao ano anterior. Com efeito, Verificou-se que em algumas áreas as práticas implementadas encontram-se desfasadas do descrito nos respetivos procedimentos. Estas situações decorrem, fundamentalmente, por duas razões: transição de período de programação que implicou a implementação dos novos procedimentos e a aplicação de novas regras; reajustamento orgânico que motivou a concentração de unidades orgânicas, a

reafectação de recursos e a modificação de procedimentos, circuitos e práticas, o que levou a este aumento de recomendações.

Refira-se que todas as correções que se impunham realizar foram concretizadas, bem como todas as oportunidades de melhoria que se avaliaram como mais-valia e puderem constituir valor acrescentado para a instituição, foram implementadas. A implementação efetiva destas medidas foi verificada pela entidade certificadora externa do Sistema da Qualidade (SGS ICS).

Merece igualmente destaque, a definição de objetivos e indicadores para todas as áreas de atividade do IDR, IP-RAM sendo feito uma monitorização quadrimestral, que é consubstanciada num relatório, onde consta, também, uma avaliação de eventuais problemas e o acompanhamento do estado das ações preventivas e corretivas em curso.

Como conclusão geral, podemos afirmar que o SGQ é consistente e está devidamente consolidado, não tendo sido identificadas situações que colocassem em causa a atividade nuclear do Instituto. Adicionalmente, importa realçar que a auditoria interna foi realizada numa perspetiva de identificação de oportunidades de melhoria tendo em vista a melhoria contínua do sistema, sendo de destacar, neste âmbito, o mérito que tiveram na identificação de diversos instrumentos de controlo que eram usados por algumas unidades orgânicas do IDR, IP-RAM e que não estavam integrados no SGQ.

6.5. MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

O IDR, IP-RAM, seguindo uma filosofia que se caracteriza pela progressiva revisão e melhoria contínua da sua atividade, e decorrente da análise realizada, identificou algumas oportunidades de melhoria que serão implementadas durante o ano de 2017, designadamente:

- Efetivar o reforço da monitorização dos indicadores de gestão;
- Promover a transição do SGQ para na nova versão da norma ISO 9001:2015;
- Revisão do Plano de Prevenção e Emergência;

- Realização da avaliação do risco de contexto em que se insere o IDR, IP-RAM;
- Concluir a revisão da estrutura documental do Sistema;
- Consolidar e melhorar o manual de Procedimentos do Programa Madeira 14-20.
- Acompanhar a implementação do serviço ViaCTT no Balcão 2020 e integrar o SIGMA nesta solução.

6.6. AUDIÇÃO INTERNA DOS SERVIÇOS

A audição interna dos serviços efetuou-se tendo em conta a identificação e definição dos clientes internos conforme previsto no Manual da Qualidade. Relativamente ao segmento dos clientes internos foram enviados os questionários via e-mail em 03/10/2016, a todo o pessoal dirigente no sentido de procederem à avaliação dos serviços com quem interagem numa lógica de cliente, de acordo com a identificação definida na matriz anexa ao procedimento P-9.1.1. Foi recomendado que neste exercício avaliativo fossem auscultados todos os subordinados, por forma a que as respostas refletissem de modo mais fidedigno e abrangente a perceção geral que existe sobre a qualidade dos serviços que são prestados pelas outras unidades orgânicas. A taxa de respostas atingiu os 100%, verificando-se o registo de comentários que ajudaram a interpretar os resultados das avaliações. Os resultados globais dos questionários foram vertidos nesta matriz, tendo-se, assim, num único documento, o panorama geral deste exercício de avaliação. Globalmente a apreciação feita aos serviços prestados pelas outras unidades orgânicas foi positiva, não havendo registo de observações que coloquem em causa a qualidade do serviço prestado.

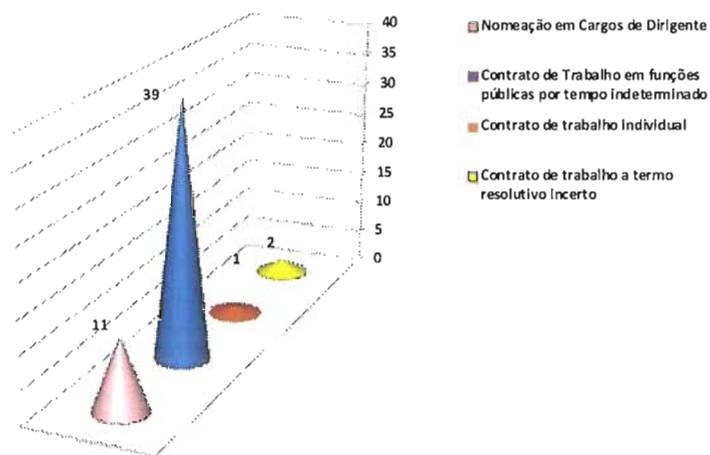
6.7. GESTÃO DE RECURSOS

6.7.1 RECURSOS HUMANOS

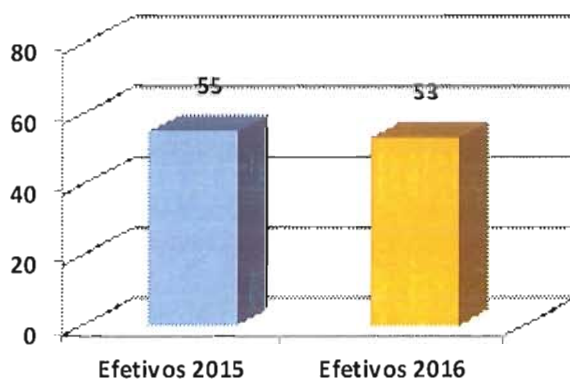
Recursos Humanos	Nº de lugares		
	Mapa de Pessoal de 2016 (Estimativa)	Efetivos Reais	%
Dirigente	11	11	100%
Carreira de técnico superior	30	26	87%
Carreira de assistente técnico	6	5	83%
Carreira de assistente operacional	8	7	88%
Carreiras e categorias subsistentes	2	2	100%
Carreiras e Corpos especiais (Informática)	2	2	100%
Total	59	53	90%

O quadro supra faz uma síntese dos recursos humanos que o IDR, IP-RAM dispôs em 2016 para a sua atividade, sendo evidente o déficit existente relativamente às necessidades previstas, em particular no pessoal técnico superior. No decurso desse ano manteve-se a tendência dos anos anteriores de uma efetiva regressão do número de efetivos afetos às atividades desenvolvidas pelo IDR, IP-RAM, o que representou um gorar das expetativas existentes, em ver colmatadas algumas insuficiências apresentadas em algumas das suas áreas de atuação. Neste contexto, apenas foi possível contar com 90% dos efetivos necessários, que se traduziu em 53 trabalhadores a 31 de dezembro de 2016.

EFFECTIVOS POR RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO

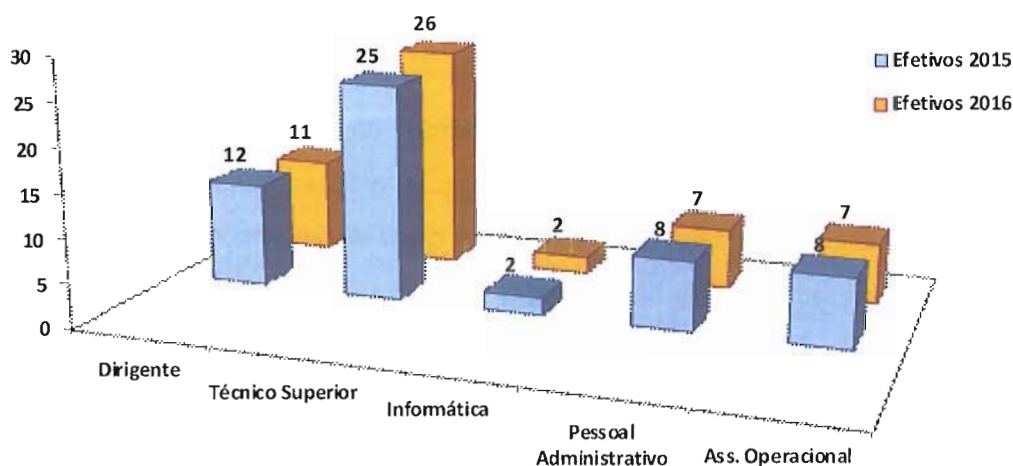


Dos 53 trabalhadores em efetividade de funções durante o ano de 2016, 39 estavam abrangidos pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 11 estavam em comissão de serviço, 1 em regime de contrato de trabalho com acordo de cedência de interesse público e 2 com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.



O cenário acima reflete uma diminuição de 2 efetivos em relação ao ano de 2015.

Efetivos por grupo de pessoal



Neste gráfico foi contemplado o pessoal em efetividade de funções no IDR, IP-RAM nas suas diversas modalidades de vínculo, incluindo o pessoal em situação de mobilidade e aqueles que se encontravam nomeados em cargos de dirigente.

Podemos então verificar que o grupo de pessoal mais representativo é o Técnico Superior, onde se verificou o aumento de um trabalhador, seguido pelo grupo de pessoal Dirigente que em comparação ao ano anterior registou uma diminuição de 1 trabalhador, seguidos pelos grupos de pessoal administrativo e operacional, com o mesmo número de efetivos, que também registaram, cada um, a diminuição de 1 trabalhador. Por último, registo, ainda, para o pessoal de informática que manteve o mesmo número de trabalhadores.

O decréscimo do número de trabalhadores entre 2015 e 2016, ocorreu, em especial, nos grupos de pessoal Dirigente, Assistente Operacional e Assistente Técnico, essencialmente, em resultado da reestruturação interna que o IDR, IP-RAM enfrentou no decorrer de 2016, que, por um lado, implicou a diminuição das unidades orgânicas e, por outro lado, evidenciou a necessidade de reforçar o grupo de técnicos superiores, em especial, na área da gestão dos programas operacionais, para onde se procedeu a processos de recrutamento através da mobilidade intercarreiras (assistentes operacionais) e por via de um procedimento concursal para a contratação de trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto. Este panorama de escassez de recursos em algumas áreas, revelou-se difícil de ultrapassar, fruto da dificuldade existente em fazer recrutamentos fora da esfera da

administração pública e, também, da dificuldade sentida em colmatar essas lacunas com trabalhadores provenientes de outros organismos públicos através de processos de mobilidade.

Com efeito, o contexto de maior dificuldade das finanças públicas, que continuou a marcar o ano de 2016, condicionou fortemente a pretensão do IDR, IP-RAM em ver reforçado totalmente o seu mapa de pessoal, não se tendo verificado o alcance dos propósitos idealizados de constituir uma estrutura completa e capaz de dar uma resposta mais adequada e eficiente, no presente quadro de exigências e responsabilidades que o IDR, IP-RAM se vê confrontado.

O IDR, IP-RAM, durante o ano de 2016, recrutou 2 técnicos superiores e 1 Assistente Administrativo em regime de mobilidade intercarreiras, sendo 2 trabalhadores internos e 1 externo ao IDR, IP-RAM. Acresce, ainda, que continuou, também, a manter a colaboração de um assistente operacional no desempenho de funções de motorista em regime de mobilidade na categoria e de um Técnico Superior com as funções de jurista em regime de acordo de cedência de interesse público. O IDR, IP-RAM, face as contrariedades vividas viu-se, também, forçado a recorrer ao trabalho extraordinário para o cumprimento de prazos imperativos, designadamente, na análise de candidaturas e de pedidos de pagamento no âmbito dos Programas Madeira 14-20 e POSEUR.

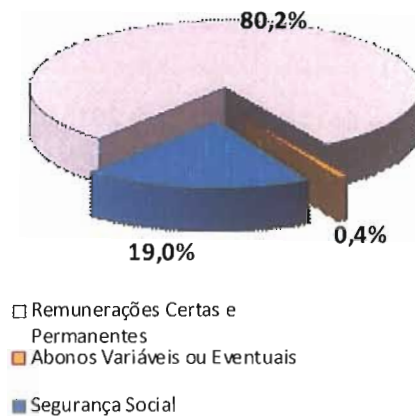
O quadro que a seguir se apresenta, regista detalhadamente as entradas e saídas de recursos humanos durante o ano de 2016.

Entradas em 2016		Motivo	Saídas em 2016		Motivo
Grupo de Pessoal	N.º de trabalhadores		Grupo de Pessoal	N.º de trabalhadores	
Dirigente	1	Regresso ao IDR, IP-RAM	Dirigente	1	Regresso ao Serviço de Origem
	1	Regresso ao IDR, IP-RAM		1	Regresso ao Serviço de Origem
	1	Regresso ao IDR, IP-RAM		1	Regresso ao Serviço de Origem
Técnico Superior/Esp. Informática	1	Regresso ao IDR, IP-RAM	Técnico Superior/Esp. Informática	1	Regresso ao Serviço de Origem
	1	Regresso ao IDR, IP-RAM		1	Regresso ao Serviço de Origem
	1	Mobilidade Intercarreiras, externo ao IDR, IP-RAM		1	Nomeação em cargo de Dirigente fora do IDR, IP-RAM
	1	Mobilidade Intercarreiras, interno ao IDR, IP-RAM		1	Nomeação em cargo de Dirigente fora do IDR, IP-RAM
				1	Nomeação em cargo de Dirigente fora do IDR, IP-RAM
Administrativo	1	Secretariado	Administrativo	1	Mobilidade Intercarreiras interna (Técnico Superior)
	1	Mobilidade Intercarreiras, Interno		1	Aposentação
Operacional			Operacional	1	Mobilidade Intercarreiras interna (Assistente Técnico)
TOTAL	9		TOTAL	11	

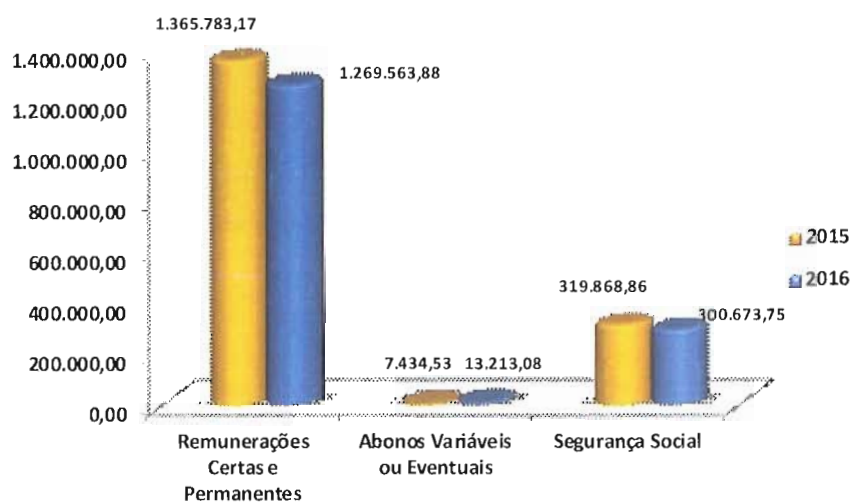
Mapa resumo das despesas com pessoal no ano de 2016

Euros	
Remunerações Certas e Permanentes	1.269.563,88 €
Órgãos Sociais	128.557,84 €
Pessoal dos Quadros - Regime função pública	838.020,22 €
Pessoal dos Quadros - Regime de contrato ind. trabalh	28.835,52 €
Pessoal Além dos Quadros	
Pessoal Contratado a Prazo	
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	
Pessoal aguardando aposentação	871,63 €
Pessoal em qualquer outra situação	
Gratificações	1.399,00 €
Representação	47.330,49 €
Subsidio de refeição	50.988,07 €
Subsidio de férias e de Natal	166.465,03 €
Remunerações por doença e maternidade/ paternidade	7.096,08 €
Abonos Variáveis ou Eventuais	13.213,08 €
Horas extraordinárias	1.627,72 €
Ajudas de custo	2.433,99 €
Indemnizações por cessação de funções	7.903,87 €
Trabalho em dias de descanso semanal	642,54 €
Subsidio de Insularidade	
Outros	604,96 €
Segurança Social	300.673,75 €
Encargos com saúde	121,25 €
Prestações complementares	3.571,35 €
Outras prestações familiares	
CGA	262.552,87 €
Segurança Social	23.378,49 €
Acidentes em serviço e doenças profissionais	144,82 €
Parentalidade	10.904,97 €
Total	1.583.450,71 €

Despesas com pessoal



As despesas com pessoal ascenderam a 1.583.450,71€, sendo 80,2% para as remunerações certas e permanentes, 19% para a Segurança Social e 0,4% para os abonos variáveis ou eventuais.



Comparativamente ao ano de 2015 é notória, em 2016, a redução da despesa com pessoal, tendo-se registado menos 109.635,85€ nesta rubrica. Esta redução justifica-se maioritariamente pelas medidas de restrição orçamental, pela redução no trabalho extraordinário e em dias de descanso semanal, pela redução dos valores das ajudas de custo, bem como, pela saída de trabalhadores.

Retrato-Robô do Trabalhador Típico do IDR, IP-RAM em 2016



Desenvolvimento de Competências, Formação Profissional

O Plano de formação por ter carácter anual, passou a estar, em parte, desfasado do processo de Avaliação do Desempenho (SIADAP), pelo facto de este último ter passado a se realizar bianualmente em consequência da reformulação (através de alteração legislativa) de que foi alvo. Abriu-se, assim, uma lacuna no processo de levantamento das necessidades de formação, que se tentou solucionar com um pedido de atualização das necessidades de formação junto dos superiores hierárquicos dos trabalhadores.

Feita a referida atualização deu-se início à preparação do plano anual de formação. A sua elaboração teve como base as necessidades de desenvolvimento profissional identificadas em sede de avaliação do desempenho dos colaboradores, bem como, as necessidades de formação de base inerentes à função que estes desempenham.

O Processo de planificação da formação dos trabalhadores do IDR, IP-RAM dispõe dos seguintes meios:

- **Recursos Humanos**

Do Núcleo de Gestão de Pessoal, Orçamento e Contabilidade depende a Secção de Pessoal e Formação, que conta, atualmente, para a prossecução das suas atribuições com um Técnico Superior e um Assistente Técnico. Contudo, as tarefas específicas da formação são asseguradas apenas por um técnico superior.

As tarefas relacionadas com o processo de formação são as seguintes:

Planeamento

- ✓ Levantamento das necessidades de formação;
- ✓ Atualização das necessidades de formação (SIADAP) - Solicitação junto dos superiores hierárquicos dos Dirigentes/trabalhadores;
- ✓ Recolha do débito de formação que consta da descrição de funções (registo interno);
- ✓ Elaboração do registo “necessidades de formação” (registo interno)
- ✓ Elaboração do plano anual de formação;
- ✓ Levantamento de informação sobre disponibilidade no mercado das ações de formação identificadas (planos de formação, orçamentos, calendarização);
- ✓ Levantamento sobre ausências dos trabalhadores já identificados para o ano em curso;

- ✓ Compilação do levantamento da informação em registo próprio “Plano Anual de Formação”;
- ✓ Pedido de Cabimento Orçamental.

Acompanhamento e execução do Plano de Formação

- ✓ Inscrição através do preenchimento de ficha de inscrição e respetivo envio à entidade formadora; preenchimento do registo interno de “inscrição e avaliação da formação”
- ✓ Controlo da calendarização e confirmação de inscrições.
- ✓ Registo das ações de formação confirmadas no mapa mensal de formação
- ✓ Lançamento das ações de formação confirmadas na Intranet do IDR, IP-RAM.
- ✓ Registo das ações de formação confirmadas no formulário de controlo da avaliação da formação
- ✓ Levantamento das necessidades de formação emergentes
- ✓ Organização do Processo de Formação
- ✓ Lançamento das ações de formação por trabalhador na aplicação informática de gestão de recursos humanos.
- ✓ Arquivo das fotocópias dos certificados de formação nos processos individuais
- ✓ Compilação dos processos de formação individualizados
- ✓ Registo da autoformação

Monitorização Controlo e Avaliação da Formação

- ✓ Revisão do plano anual de formação
- ✓ Avaliação dos resultados da Formação
- ✓ Controlo da ficha de avaliação da formação entre avaliador e avaliado
- ✓ Registo dos dados referentes à execução da formação planeada e extraplano
- ✓ Como se pode constatar são escassos os recursos humanos disponíveis para fazer face às necessidades de formação identificadas.

• **Recursos Materiais**

O IDR, IP-RAM conta com uma sala de reuniões, que se adapta a sala de formação. Tem uma ocupação máxima de 24 formandos e está equipada com os seguintes audiovisuais: PC portátil, Videoprojector, Flip-chart.

A elaboração do Plano de Formação obedece especificadamente às seguintes fases:

- ✓ Preenchimento do registo “Necessidades de Formação Base” que contempla para além das necessidades de desenvolvimento profissional inerentes às funções de cada trabalhador, as necessidades de desenvolvimento profissional evidenciadas no âmbito do SIADAP e atualização das mesmas.
- ✓ Consulta de mercado a fim de averiguar a possibilidade de realização do maior número de ações de formação e obtenção dos dados a registar no plano.
- ✓ Seleção de pelo menos uma ação de formação por trabalhador a ser incluídas no plano de formação, sendo os critérios da seleção: a oferta de mercado e a prioridade da realização da ação de formação, se evidenciada pelo superior hierárquico do trabalhador.
- ✓ Compilação das ações de formação planeadas no registo “Plano Anual de Formação”, com a seguinte informação: Ano, ação, objetivo, formando alvo, data da realização, entidade formadora e custos.
- ✓ Submissão da proposta do Plano de Formação para aprovação do Conselho Diretivo IDR, IP-RAM.
- ✓ Solicitação do cabimento prévio da despesa estimada no Plano Anual de Formação aprovado.
- ✓ Publicitação do Plano Anual de Formação na Intranet do IDR, IP-RAM com disponibilização de aviso para o efeito.
- ✓ Revisão do Plano Anual de Formação, nomeadamente nos seguintes casos: se o trabalhador ocupar outro posto de trabalho; ajustamentos à oferta formativa no mercado, de acordo com as necessidades identificadas; saída de trabalhadores e necessidades emergentes verificadas

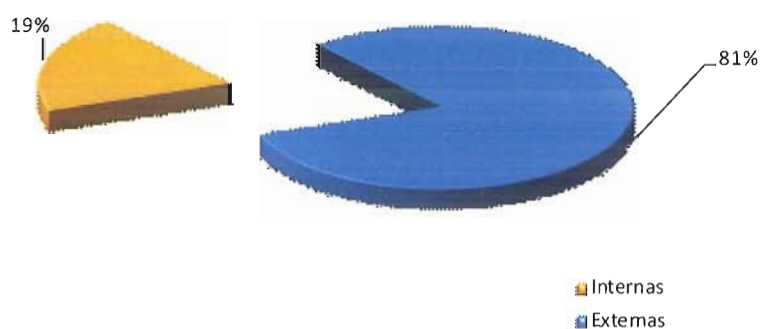
- **Execução do Plano de Formação**

Para a formação dos seus efetivos, o IDR, IP-RAM recorre, ao plano anual de formação da administração pública regional, a formação interna, bem como, a entidades certificadas para a satisfação das necessidades detetadas. A taxa de execução do Plano Anual de Formação de 2016 foi de 78%, e que resulta, fundamentalmente, dos constrangimentos causados pelo atraso na aprovação do plano anual de formação para a Administração Pública, pela reduzida oferta formativa deste plano, pelo custos acrescidos das deslocações para fora da Região para colmatar a insuficiência do mercado regional nesta área da formação e pela reestruturação

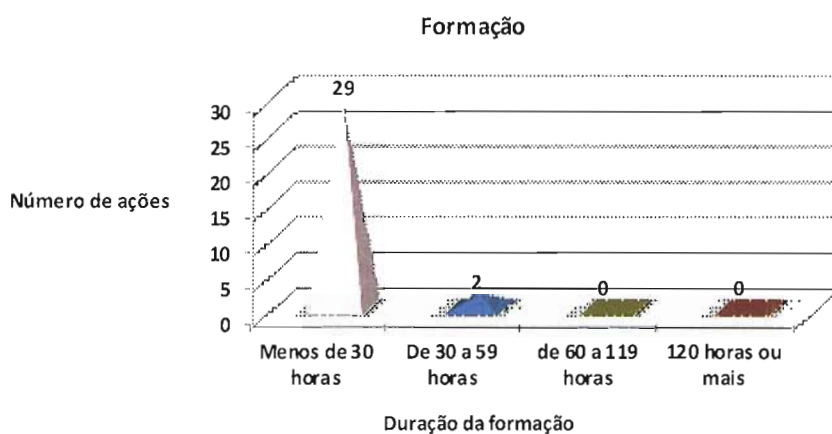
interna que o IDR, IP-RAM enfrentou em 2016, que, inevitavelmente, perturbou o processo de formação dos trabalhadores.

Em 2016 o IDR, IP-RAM planeou 40 ações de formação, das quais executou 31.

Formação Profissional

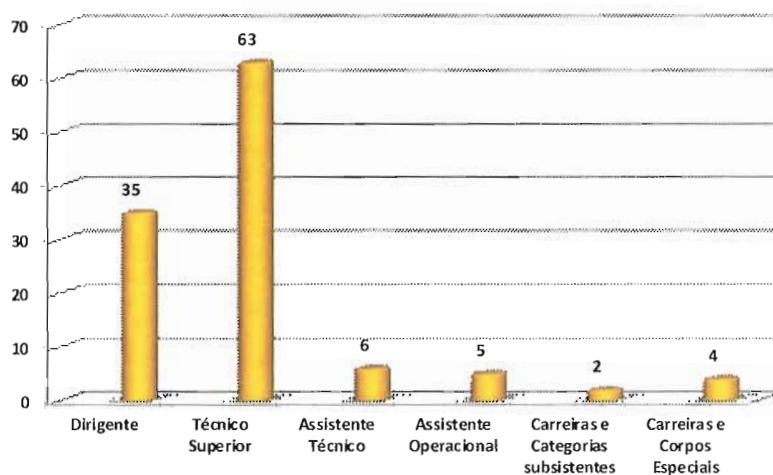



Como podemos observar, 81% das ações de formação foram de origem externa (promovidas por entidades externas) e 19% de origem interna (promovidas diretamente pelo Instituto), sendo que a formação interna representa uma parcela com uma percentagem relevante no total das ações de formação do plano.



As ações de formação de duração inferior a 30 horas têm uma maior representatividade, destinando-se à atualização de conhecimentos dos efetivos, bem como, ao desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais necessárias para o desempenho de funções.

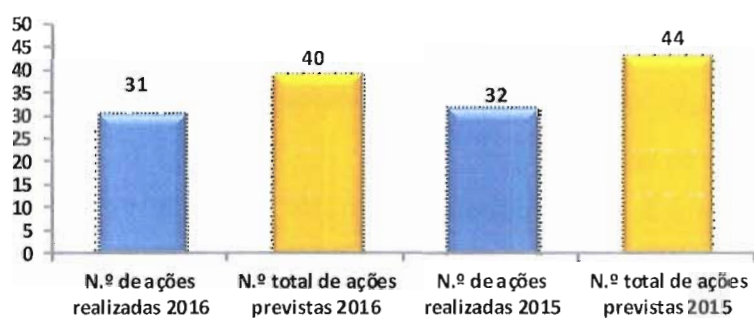
Ações de Formação



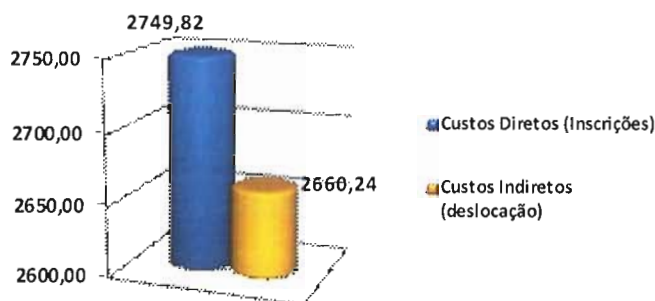
 Total de participantes em ações de formação

Em 2016 registaram-se 115 participações em ações de formação, sendo que, a maior parcela foi para o grupo de pessoal técnico superior, que também é o mais representativo no número total de efetivos.

Execução da formação geral



Em 2016 registou-se menos uma ação de formação do que em 2015.



Em termos de investimentos com a formação, o IDR, IP-RAM investiu o montante de € 5.410,06 dos quais € 2.749,82 foram custos diretos (inscrições) e € 2.660,24 foram custos indiretos (deslocações).

- **Avaliação da Formação**

Os dois princípios da formação profissional - a eficácia e a eficiência -, implicam um processo contínuo de avaliação. Podemos definir a avaliação como uma reflexão crítica sobre todos os momentos e fatores que intervêm na formação a fim de determinar quais podem ser, estão sendo ou foram, os resultados da mesma. Trata-se, pois, de um vasto e complexo processo que supõe a necessidade de recolher informação de diferentes momentos tendo em vista a melhoria dos dispositivos de formação.

No processo podemos efetuar uma separação entre fase de conceção, obtenção e tratamento da informação e a fase de interpretação desta mesma informação. O primeiro é de natureza objetiva, sendo frequentemente baseado na apresentação de dados quantitativos, cujos critérios de validação são explicitamente referidos; o segundo é caracterizado pela sua natureza valorativa ou subjetiva.

A Avaliação da Formação é um processo que tem sido importante na medida em que promove uma evolução de mentalidade no processo evolutivo das competências dos trabalhadores.

O IDR, IP-RAM tem desenhado um sistema de medição da eficácia da formação da seguinte forma:

O superior hierárquico regista os resultados esperados e relevância da formação face à função que o formando desempenha;

Após a realização da ação de formação o formador regista a avaliação da formação e o superior hierárquico regista um limite de tempo para a avaliação do impacto da ação de formação não superior a 6 meses.

Terminado este prazo o superior hierárquico e formador reúnem-se a fim de avaliarem, segundo alguns critérios e face aos objetivos definidos, qual o impacto que a formação teve no desempenho deste último.

Sendo inquestionável a importância da avaliação do impacto da ação de formação no processo formativo, dado ser a partir dos seus resultados que podemos ir introduzindo as correções ou ajustamentos necessários à constante melhoria daquele processo, não obstante tudo o que tem sido feito, há ainda neste domínio uma forte margem de progressão. É certo que a exiguidade dos meios disponíveis nem sempre permite acudir, por um lado, aos pedidos da organização de mais cursos para além dos previstos no Plano e, por outro, a uma avaliação à posteriori mais cuidada no local de trabalho. No entanto, existem aspetos que podem ser melhorados através de ações de sensibilização internas direcionadas para os dirigentes, com o objetivo, nomeadamente de informar sobre o correto preenchimento do registo interno de inscrição e avaliação da formação e cumprimento dos prazos estipulados no respetivo procedimento da formação. A melhoria contínua do processo de avaliação de resultados da formação é importante, pois só pela eficácia da formação lhe poderá ser reconhecido o seu papel interventor na obtenção dos melhores resultados da organização.

6.7.2 Recursos Financeiros

ORÇAMENTO	Dotação Corrigida (€)	Peso	Valor Executado (€)	Valor Executado (%)
Funcionamento	1.609.243	61,34%	1.564.226,59	97%
PIDDAR	1.014.185	38,66%	573.017,47	57%
TOTAL	2.623.428	100,00%	2.137.244,06	81%

Apesar de, formalmente, o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro ter terminado a 31 de dezembro de 2015, o ano de 2016 continuou a ser marcado pela consolidação das despesas públicas, num contexto em que vigorou um conjunto de medidas legislativas e regulamentares, com o propósito de disciplina orçamental, que restringiu fortemente a assunção de novas despesas por parte dos organismos da administração pública e que acabaram por limitar e condicionar a sua atividade e, conseqüentemente, as respetivas execuções orçamentais.

Foi nesta conjuntura altamente condicionada pelas regras de execução orçamental, que o IDR, IP-RAM teve de executar o seu orçamento, tendo, apesar de tudo, alcançado uma taxa de execução na ordem dos 81%, que representa uma evolução positiva relativamente aos últimos três anos.

A componente do orçamento que foi mais afetada por esta conjuntura de restrição de despesa, foi a dos Investimentos do Plano, que registou uma taxa de compromisso na ordem dos 57%, enquanto a outra componente orçamental (Funcionamento), teve um nível de execução significativo, a rondar os 97%. Estes níveis de execução díspares, explicam-se, facilmente, pela natureza das despesas que estão associadas a cada uma destes componentes: enquanto a primeira, que engloba todos os projetos de Assistência Técnica dos Programas Operacionais e Programas de Iniciativa Comunitária geridos pelo IDR, IP-RAM, que têm como objetivo assegurar as necessárias condições logísticas e humanas das Estruturas de Apoio Técnico ao Gestor destes programas, designadamente, garantir o financiamento de despesas relacionadas com o desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas de informação, com serviços de consultoria para o desenvolvimento de estudos de avaliação, com serviços externos de verificação de projetos cofinanciados e com o desenvolvimento de ações de informação e publicidade, onde a necessidade de recorrer à contratação pública levou a que estas restrições orçamentais se fizessem incidir com maior intensidade, a segunda

componente é constituída, na sua quase totalidade, pelas despesas com o pessoal, que apresenta uma natureza mais estável e conseqüentemente mais previsível na sua estimativa, o que proporciona um nível de execução superior.

6.8. RESULTADOS GLOBAIS DO SIADAP-RAM 2 E SIADAP-RAM 3

Por virtude da aplicação do disposto no artigo 49.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, que aprovou o Orçamento de Estado para 2013, a avaliação de desempenho dos dirigentes de nível intermédio e dos restantes trabalhadores passou a ter um ciclo bienal, razão pela qual este processo avaliativo, no âmbito do SIADAP-RAM 2 e SIADAP-RAM 3, tem por referência aos anos de 2015 e 2016.

6.8.1. SIADAP-RAM 2

Nº de Dirigentes Intermédios	Quota		Nº propostas de desempenho relevante submetidas ao CCA	Nº propostas de desempenho relevante validadas pelo CCA	Desempenho excelente reconhecido pelo CCA
	Relevante 25%	Excelente 5%			
8	2	1	6	0	0

6.8.2. SIADAP-RAM 3

Nº de Trabalhadores	Quota		Nº propostas de desempenho relevante submetidas ao CCA	Nº propostas de desempenho relevante validadas pelo CCA	Desempenho excelente reconhecido pelo CCA	
	Relevante 25%	Excelente 5%				
Grupo I – Técnicos Superiores	24	6	1	14	6	0
Grupo II – Assistentes Técnicos	9	2	1	5	2	0
Grupo III – Assistentes Operacionais	8	2	1	5	2	0
TOTAIS	41	10	3	24	10	0

6.9. AVALIAÇÃO GLOBAL

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009/M, de 21 de Agosto, o Conselho Diretivo do IDR,IP-RAM, face à apreciação atrás exposta e aos resultados alcançados, de onde se destaca que globalmente os objetivos traçados foram atingidos e alguns foram superados (**taxa de execução de 109,59%**) propõe, para o IDR,IP-RAM a atribuição de menção de **Desempenho Satisfatório**.

CAPÍTULO VII

7. SIGLAS E ACRONIMOS

IDR, IP-RAM	Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
CD	Conselho Diretivo
UAJ	Unidade de Apoio Jurídico
UCOF	Unidade de Controlo Financeiro
UAGI	Unidade de Apoio à Gestão Institucional
UTEGI	Unidade Técnica de Gestão de Intervenções
UPAI	Unidade de Planeamento, Avaliação e Informação
NGEPOC	Núcleo de Gestão de Pessoal, Orçamento e Contabilidade
NAS	Núcleo de Acompanhamento e Supervisão
RAM	Região Autónoma da Madeira
GRM	Governo Regional da Madeira
DRACE	Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa
IDE, IP-RAM	Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM
IEM, IP-RAM	Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
POVT	Programa Operacional Temático Valorização do Território
PO	Programa Operacional
MAC	Madeira, Açores e Canárias
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu

AG	Autoridade de Gestão
PCT	Programa de Cooperação Transnacional
OI	Organismo Intermédio
PO SEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
PIC	Programa Iniciativa Comunitária
AC	Autoridade de Certificação
DDP	Declarações de Despesa Paga
CTP	Comissão Técnica de Planeamento
OREPP	Organismo Responsável pela Execução de Políticas Públicas
QEC	Quadro Estratégico Comum
SSI	Sistema de Segurança de Informação
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública
PIDDAR	Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Regional

ANEXO I-BALANÇO SOCIAL

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1	RECURSOS HUMANOS		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.1	Total efectivos	H	5	4	0	2	0	1	0	0	0	0	12
		M	6	22	5	5	2	1	0	0	0	0	41
		T	11	26	5	7	2	2	0	0	0	0	53
1.1.1	Nomeação	H	5										5
		M	6										6
		T	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
1.1.2	Contrato por tempo indeterminado	H		3		2		1					6
		M		20	5	5	2	1					33
		T	0	23	5	7	2	2	0	0	0	0	39
1.1.3	Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H		1									1
		M		1									1
		T	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
1.1.4	Outros	H											0
		M		1									1
		T	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
1.1.5	Total		11	26	5	7	2	2	0	0	0	0	53

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.2	ESTRUTURA ETÁRIA (em 31 de Dezembro)	Homens	Mulheres	Total
	Até 18 anos	0	0	0
	18-24	0	0	0
	25-29	0	0	0
	30-34	1	0	1
	35-39	2	9	11
	40-44	4	15	19
	45-49	2	9	11
	50-54	3	4	7
	55-59	0	3	3
	60-64	0	1	1
	65-69	0	0	0
	70 e mais	0	0	0
1.3	Nível médio etário:	$\frac{\text{Soma das idades}}{\text{Total de efectivos}} =$		44
	Nível médio etário masculino =			
	Nível médio etário feminino =			

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.4	ESTRUTURA ANTIGUIDADES (em 31 de Dezembro)	Homens	Mulheres	Total	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
	Até 5 anos	0	0	0	0	0	0	0	0	0					0
	5-9	1	3	4	1	3	0	0	0	0					4
	10-14	3	15	18	1	11	4	1	0	1					18
	15-19	5	8	13	4	4	1	3	0	1					13
	20-24	3	11	14	4	6	0	3	1	0					14
	25-29	0	3	3	0	2	0	0	1	0					3
	30-35	0	1	1	1	0	0	0	0	0					1
	Mais de 36	0	0	0	0	0	0	0	0	0					0
1.5	Nível médio de antiguidade: $\frac{\text{Soma das antiguidades}}{\text{Total de efectivos}} =$														16,94
	Nível médio de antiguidade masculino =														
	Nível médio de antiguidade feminino =														

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.6	TRABALHADORES ESTRANGEIROS	Homens	Mulheres	Total
1.6.1	De países da UE			0
1.6.2	Dos PALOP			0
1.6.3	Do Brasil			0
1.6.4	De outros países			0
1.7	Trabalhadores deficientes			0

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.8	ESTRUTURA HABILITACIONAL (em 31 de Dezembro)	Homens	Mulheres	Total	%
	Menos de 4 anos de escolaridade	0	0	0	0%
	4 anos de escolaridade	0	2	2	4%
	6 anos de escolaridade	1	2	3	6%
	9 anos de escolaridade	1	1	2	4%
	11 anos de escolaridade	0	1	1	2%
	12 anos de escolaridade	1	7	8	15%
	Bacharelato ou curso médio			0	0%
	Licenciatura	8	28	36	68%
	Mestrado	1	0	1	2%
	Doutoramento			0	0%

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.9	ADMISSÕES (durante o ano)	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.9.1	Nomeação	H										0
		M										0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.9.2	Contrato por tempo indeterminado	H	1									1
		M	1	4			1					6
		T	2	4	0	0	0	1	0	0	0	0
1.9.3	Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
		M										0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.9.4	Outros	H										0
		M		1	1							2
		T	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
1.9.5	Total	2	5	1	0	0	1	0	0	0	0	9

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.10	SAIDAS (durante o ano)	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.10.1	Com nomeação	H										0
		M										0
		T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.10.2	Com contrato	H	2	3			1					6
		M	2			1						3
		T	4	3	0	0	1	1	0	0	0	0
1.10.3	Outros	H										0
		M		1	1							2
		T	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0
1.10.4	Total	4	4	1	0	1	1	0	0	0	0	11

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.12	MOTIVO DAS SAÍDAS DOS TRABALHADORES CONTRATADOS	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.12.1	Caducidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.12.1.1	Falecimento											0
1.12.1.2	Reforma/Aposentação					1						1
1.12.1.3	Outras causas de caducidade											0
1.12.2	Revogação											0
1.12.3	Resolução											0
1.12.4	Denúncia											0
1.12.5	Outros											0
1.12.6	Total	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.13	POSTOS DE TRABALHO NÃO OCUPADOS POR DIFICULDADES DE PROVIMENTO	Carreira/profissão	Número de postos de trabalho
1.13.1	Ausência de autorização pelas entidades competentes		
1.13.2	Não abertura de procedimento		
1.13.3	Impugnação do procedimento		
1.13.4	Outras		

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.15	MODALIDADES DE HORÁRIO	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.15.1	Horário rígido				7							7
1.15.2	Horários flexíveis		26	5		2	2					35
1.15.3	Horários desfasados											0
1.15.4	Jornada contínua											0
1.15.5	Trabalho por turnos											0
1.15.6	Trabalhador-estudante											0
1.15.7	Assistência a descendentes menores											0
1.15.8	Tempo parcial											0
1.15.9	Isenção de horário	11										11
1.15.10	Adaptabilidade											0
1.15.11	Total	11	26	5	7	2	2	0	0	0	0	53

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

1.16	TRABALHO EXTRAORDINÁRIO, NOCTURNO E EM DIAS DE DESCANSO SEMANAL, COMPLEMENTAR E FERIADOS		Número de horas
1.16.1	Trabalho extraordinário	H	69,5
		M	106
		T	175,5
1.16.2	Trabalho extraordinário compensado por duração do período normal de trabalho	H	
		M	
		T	0
1.16.3	Trabalho extraordinário compensado por acréscimo do período de férias	H	
		M	
		T	0
1.16.4	Trabalho noturno	H	
		M	
		T	0
1.16.5	Em dias de descanso complementar	H	3
		M	49
		T	52
1.16.6	Em dias de descanso semanal	H	0
		M	
		T	0
1.16.7	Em dias feriados	H	
		M	
		T	0

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAIM

1.17	AUSENCIAS AO TRABALHO	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias substituintes	Carreiras e Corpos Especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total
1.17.1	Casamento	H										0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
		H										0
		M										0
1.17.2	Maternidade paternidade	M	241	23		1						265
		T	0	241	23	0	1	0	0	0	0	265
1.17.3	Nascimento	H										0
		M										0
		H										0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.17.4	Falecimento de familiar	H	5									5
		M		5	0	5	0	0	0	0	0	10
		H										0
		M	5	5	0	5	0	0	0	0	0	15
1.17.5	Doença	H	2									59
		M	4	66	48	195	9	4				326
		H										0
		M	6	66	48	252	9	4	0	0	0	385
1.17.6	Doença prolongada	H										0
		M										0
		H										0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.17.7	Assistência a familiares	H	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
		M	11	53	32	20	7	1	0	0	0	124
		H										0
		M	12	53	32	20	7	1	0	0	0	125
1.17.8	Trabalhador estudante	H										0
		M										0
		H										0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.17.9	Por conta do período de férias	H	12	3	0	0	0	2				17
		M	2	40	17	7	9	1				76
		H										0
		M	14	43	17	7	9	3	0	0	0	93
1.17.10	Por perda de vencimento	H										0
		M										0
		H										0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.17.11	Cumprimento de pena disciplinar	H										0
		M										0
		H										0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.17.12	Injustificadas	H										0
		M										0
		H										0
		M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.17.13	Outras	H	6	0	0	0	0					6
		M	9	9	12	2	1	1				25
		H										0
		M	0	15	12	2	1	1	0	0	0	31
1.17.14	Total	H	20	9	0	57	0	2	0	0	0	88
		M	17	414	132	229	27	7	0	0	0	826
		T	37	423	132	286	27	9	0	0	0	914

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

2	ENCARGOS COM PESSOAL	Valor em euros
2.1	Remuneração base	995.413,58
2.2	Trabalho extraordinário	1.627,72
2.3	Trabalho nocturno	
2.4	Trabalho em descanso semanal, complementar e feriados	642,54
2.5	Disponibilidade permanente	
2.6	Outros regimes especiais de prestação de trabalho	
2.7	Risco, penosidade ou insalubridade	
2.8	Fixação na periferia	
2.9	Trabalho por turnos	
2.10	Abono para falhas	
2.11	Participação em reuniões	
2.12	Ajudas de custo	2.433,99
2.13	Transferências de localidade	
2.14	Representação	47.330,49
2.15	Secretariado	1.399,00
2.16	Outros	1.328,31
2.17	Total	1050175,63
2.17.1	Leque salarial líquido: <i>Maior remuneração base líquida</i> <i>Menor remuneração base líquida</i> =	6,907251202

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

3		HIGIENE E SEGURANÇA							
3.1	ACIDENTES EM SERVIÇO	No local de Trabalho				In itinere			
		Total	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais	Total	Menos de 60 dias de baixa	60 dias ou mais de baixa	Mortais
3.1.1	Número total de acidentes	0				0		0	
3.1.2	Número de acidentes com baixa	0				0		0	
3.1.3	Número de dias perdidos com baixa	0				0		0	
3.1.4	Número de casos de incapacidade permanente declarados no ano	0				0		0	
3.1.5	Número de casos de incapacidade permanente absoluta	0				0		0	
3.1.6	Número de casos de incapacidade permanente parcial	0				0		0	
3.1.7	Número de casos de incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual	0				0		0	
3.1.8	Número de casos de incapacidade temporária e absoluta	0				0		0	
3.1.9	Número de casos de incapacidade temporária e parcial	0				0		0	

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

3.2	DOENÇAS PROFISSIONAIS	NÚMERO DE CASOS	NÚMERO DE DIAS PERDIDOS
3.2.1			
3.2.2			
3.2.3			
3.2.4			
3.2.5			

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

3.3	ACTIVIDADES DE MEDICINA DO TRABALHO	
3.3.1	Número de exames médicos efectuados	0
3.3.1.1	Exames de admissão	
3.3.1.2	Exames periódicos	
3.3.1.3	Exames ocasionais e complementares	
3.3.1.4	Exames de cessação de funções	
3.3.2	Despesa com a medicina do trabalho (em euros)	
3.3.3	Número de visitas aos postos de trabalho	
3.4	COMISSÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA	
3.4.1	Reuniões anuais de higiene e segurança	
3.4.2	Visitas aos locais de trabalho	
3.5	NÚMERO DE PESSOAS RECOLOCADAS EM RESULTADO DE ACIDENTES DE TRABALHO	
3.6	ACÇÕES DE FORMAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO EM MATÉRIA DE SEGURANÇA	
3.6.1	Número de acções desenvolvidas	1
3.6.2	Número de pessoas abrangidas pelas acções	1

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

3.7	CUSTOS COM A PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS	Valor em euros
3.7.1	Encargos de estrutura de medicina do trabalho e segurança no trabalho	
3.7.2	Custos com equipamentos de protecção	
3.7.3	Custos com formação em prevenção de riscos	
3.7.4	Outros custos	

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

4	FORMAÇÃO PROFISSIONAL												
	DURAÇÃO DAS ACÇÕES	Menos de 30 horas			De 30 a 59 horas			De 60 a 119 horas			120 horas ou mais		
4.1	Número total de acções	29			2			0			0		
4.1.1	Número de acções internas	6			0			0			0		
4.1.2	Número de acções externas	23			2			0			0		
	NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO	Dirigente	Carreira técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Carreiras Docentes	Outros	Total	
4.2	Número total de participantes	35	63	6	5	2	4	0	0	0	0	115	
4.2.1	Número de participantes em acções internas	9	28	5	5	2	3					52	
4.2.2	Número de participantes em acções externas	26	35	1	0	0	1					63	
4.3	Número total de horas	250,5	491,9	26	5	2	17	0	0	0	0	792,4	
4.3.1	Número de horas em acções internas	9,5	43,5	5	5	2	3					68	
4.3.2	Número de horas em acções externas	241	448,4	21	0	0	14					724,4	
4.4	CUSTOS TOTAIS DE FORMAÇÃO							Valor em euros					
4.4.1	Custos em acções internas							0					
4.4.2	Custos em acções externas							5350,06					

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

5	PRESTAÇÕES SOCIAIS	Valor em euros
5.1	Abono de Família para crianças e jovens	3.571,35
5.2	Bonificação do Abono de Família para crianças e jovens portadores de deficiência	
5.3	Subsídio de educação especial	
5.4	Subsídio mensal vitalício	
5.5	Subsídio de funeral	
5.6	Subsídio de refeição	50988,07
5.7	Subsídio por morte	
5.8	Outras	10.904,97
5.9	PRESTAÇÕES DE ACÇÃO SOCIAL COMPLEMENTAR	Valor em euros
5.9.1	Grupos desportivos/casa de pessoal (ou equivalente)	
5.9.2	Refeitórios	
5.9.3	Infantários	
5.9.4	Colónias de férias	
5.9.5	Apoio a estudos	
5.9.6	Adiantamentos e empréstimos	
5.9.7	Outras (Reembolsos ADSE)	

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

6	RELAÇÕES PROFISSIONAIS	
6.1	ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADE SINDICAL NO SERVIÇO	
6.1.1	Número de trabalhadores sindicalizados	4
6.2	COMISSÕES DE TRABALHADORES	
6.2.1	Número de elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	
6.2.2	Número total de votantes	
6.3	DISCIPLINA	
6.3.1	Número de processos transitados do ano anterior	
6.3.2	Número de processos instaurados durante o ano	
6.3.3	Número de processos transitados para o ano seguinte	
6.3.4	Número de processos decididos	
6.3.4.1	Arquivado	
6.3.4.2	Repreensão escrita	
6.3.4.3	Multa	
6.3.4.4	Suspensão	
6.3.4.5	Demissão ou despedimento por facto imputável ao trabalhador	
6.3.4.6	Cessação da comissão de serviço	

SERVIÇO: Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM

8	COBERTURA DOS MAPAS DE PESSOAL	Nº de lugares		
		Previstos	Preenchidos	%
8.1	Dirigente	11	11	100%
8.2	Carreira de técnico superior	30	26	87%
8.3	Carreira de assistente técnico	6	5	83%
8.4	Carreira de assistente operacional	8	7	88%
8.5	Carreiras e categorias subsistentes	2	2	100%
8.6	Carreiras e Corpos especiais	2	2	100%
8.7	Carreiras Médicas			0%
8.8	Carreiras de Enfermagem			0%
8.9	Carreiras Docentes			0%
8.10	Outras			0%
8.11	Total	59	53	90%